

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



3 DE FEVEREIRO DE 1874

2017



COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM
SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR
DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM
SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR
DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMPOSIÇÃO

Angélica de Maria Mello de Almeida
Desembargadora Coordenadora

Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida
Desembargadora Vice-Coordenadora

Elaine Cristina Monteiro Cavalcante
Juíza de Direito

Maria Domitila Prado Manssur Domingos
Juíza de Direito

Teresa Cristina Cabral Santana Rodrigues dos Santos
Juíza de Direito

SUMÁRIO

| | |
|--|-------|
| Composição da COMESP..... | 02 |
| Sumário, Resoluções e Portaria de Criação da COMESP..... | 03/04 |
| Reuniões das integrantes da COMESP..... | 05 |
| Assuntos pautados..... | 05/13 |
| Ofícios expedidos..... | 13 |
| Eventos, cursos, seminários e palestras..... | 13/15 |
| Notícias da COMESP publicadas no Portal do Tribunal de Justiça de São Paulo..... | 16/41 |
| Resoluções, Portarias e Comunicados publicados no DJE do Tribunal de Justiça de São Paulo..... | 42/52 |
| Composição e localização da Coordenadoria de Apoio Administrativo..... | 53/54 |

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COORDENADORIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO
(ARTIGO 6. DA RESOLUÇÃO Nº 561/2012)**

2017

Resolução nº 561 de 07 de março de 2012, publicada no DJE em 20/03/2012 - Criação da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - COMESP.

Portaria nº 8.540 de 26 de março de 2012, publicada no DJE em 28/03/2012 - Designação das Integrantes da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo - COMESP.

Portaria nº 8.554 de 07 de março de 2012, publicada no DJE em 19/04/2012 - Criação da Coordenadoria de Apoio Administrativo da COMESP.

Reuniões das integrantes da COMESP:

Reuniões de trabalho: 19 – Sextas-Feiras – 10:30 às 13 horas

Reuniões extraordinárias internas: 03

Reuniões extraordinárias externas: 03

ASSUNTOS PAUTADOS

Deliberações quanto a questionamentos, reclamações e pedidos de partes feitos diretamente à COMESP.

Remanejamento da competência da 4ª Vara da Família e das Sucessões do Foro Regional XVI- Capela do Socorro em Vara da Região Leste 3 de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, compreendendo a área do Foro Regional de Itaquera, com o respectivo Ofício Judicial e cargo de Juiz de Direito constantes da Lei Complementar Estadual nº 1.108/2010.

Email do Coletivo Parajás, solicitando informações acerca da Instalação de uma Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Campinas.

POS/2018- Proposta Orçamentária Setorial – Análise de sugestão de email aos juízes das Varas Especializadas no intuito de informarem as necessidades para o desempenho das Varas.

Adesão da Comarca de São Sebastião à Campanha Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha.

Solicitação da Secretaria de Abastecimento do Tribunal de Justiça, referente a convênio a ser firmado com a FAM- Faculdades das Américas, da análise da conveniência de apresentação do Plano de Trabalho ou justificativa de que já se encontra inserido na minuta de convênio.

Expediente DICOGE nº 2013/144797- PROJETO CARTAS DE MULHERES- Designações de datas para reuniões com a SPI e STI para os ajustes apontados pelos Correios no modelo de Carta-Resposta e posterior devolução do expediente.

PROJETO FÊNIX- Definição de data para reunião com a Secretaria de Estado da Saúde para dar continuidade ao projeto.

7ª Edição da Campanha Nacional “ Justiça Pela Paz em Casa” de 06 a 10 de março de 2017.

CINE DEBATE- Futuras apresentações.

Definição de data para reunião a com Secretaria de Planejamento Estratégico (SEPLAN), Secretaria de Primeira Instância (SPI) e Secretaria da Tecnologia da Informação (STI) para tratar da coleta dos dados estatísticos de 1º grau.

Relatório atualizado da situação das vítimas encaminhadas ao Projeto Fênix, enviado pela Doutora Caterina Koutras, da Secretaria de Estado da Saúde.



Renovação do Convênio com a Mackenzie nº 000.067/2016 – Gestora Doutora Tatiane Moreira Lima- em 14/03/2017, automaticamente por iguais e sucessivos períodos, caso não haja manifestação contrária de qualquer dos convenientes.

Email advindo do NUDEM- Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher, comunicando que foi protocolada no dia 20/09/2016, uma recomendação para a Prefeitura de São Paulo a respeito do atendimento das mulheres em situação de violência doméstica e familiar nas casas abrigo.

Notícia publicada em 26/09/2016, no site do TJSP- Noticiando que na Comarca de Iguape foi realizada parceria entre Judiciário e Polícia Militar no cumprimento de medidas protetivas.

Notícia de que o Aplicativo PLP 2.0 do Geledés Instituto da Mulher Negra e Thêmis Gênero e Justiça foi um dos premiados pela OEA-CITEL (inter-American Telecommunication Commission) juntamente com outros 2 projetos de combate à Violência Contra a Mulher.

Divulgação de decisões, ações e Projetos da COMESP, campanha Femicídio e Campanha He For She.

II EUROPEAN CONFERENCE ON DOMESTIC VIOLENCE – de 06 a 09 de setembro de 2017 – Porto/Portugal. Divulgação pela página da COMESP para agilização das inscrições.

FEMINICÍDIO- Reunião com o Delegado Geral de Polícia – Doutor Youssef Abou Chahin.

FEMINICÍDIO- Reunião com SPI e STI – para levantamento de dados estatísticos para refinamento, inclusive diante de possíveis inconsistências apresentadas no sistema pela localização do tema na tabela de assuntos.

Email advindo da Doutora Cláudia Félix de Lima, Juíza da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher- Região Leste 1, encaminhando cópia do Projeto Tempo de Despertar e ofício solicitando reunião com a COMESP ou com a Presidência.

Projeto Donas da Rua

Resgate dos Projetos Bom, Fênix e Cartas de Mulheres. Maior mobilização das unidades judiciárias e identificação de pontos sensíveis.

Convite advindo da Turma do Bem, para a Sessão Solene com a finalidade de outorga de Colar de Honra ao Mérito Legislativo do Estado de São Paulo ao Doutor Fábio Bibancos- em 17/02/2017, às 20 horas no Plenário Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira- Palácio 09 de Julho.

Email da Doutora Andreina Bravo, Presidente da Comissão da Mulher Advogada do Foro Distrital de Rio Grande da Serra, solicitando a disponibilização de contatos de estudiosos e juristas para que possam palestrar em Rio Grande da Serra.

Comemoração ao Mês Internacional da Mulher – evento previsto para o dia 20 de março de 2017, com a participação da Turma do Bem e da Doutora Albertina Duarte Takiuti.

Agendamento de reunião com o Secretário Renato Nalini para apresentação do Projeto Cine-Debate/ Projeto Escola.

Elaboração de artigo para complementação do Núcleo de Estudos e inauguração da segunda etapa com o tema: Violência contra a Mulher- Estudo de Direito Comparado.

Evento para assinatura/adesão à guia de investigação do feminicídio para o dia 09 de março, com a participação da representante da ONU Mulheres no Brasil. Aprovação do material de divulgação e proposta da campanha. Realização de inserções durante o mês com decisões exitosas.

Expediente SPI- 2013/00120563 – Termo de Adesão do Programa “Mulher viver sem Violência” – encaminhado à COMESP para consulta acerca de notícias quanto a previsão da instalação da Casa da Mulher Brasileira.

Feminicídio – Apresentação de dados estatísticos realizados pela SPI.

Solicitação via SIC- Serviço de Informação ao Cidadão, pelo interessado Antônio Biagio Vespoli, com os questionamentos acerca de levantamento de dados estatísticos acerca dos atendimentos realizados pelas sete unidades das Varas de Violência Doméstica e Familiar, quantos e em que período. Quais profissionais integram as equipes multidisciplinares que atuam nas Varas e se as equipes são formadas por profissionais da mesma área e mesmo número de agentes.

Evento do dia 09 de março de 2017- Assinatura do Protocolo Feminicídio.

Evento do dia 21 de março de 2017 – Projeto Fênix- Alçando Vôo.

Evento do dia 31 de março de 2017- Cine-Debate – O Julgamento de Viviane Amsalem.

Elaboração de ofício para cumprimentar a Senhora AMINA MOHAMMED, pela nomeação de Vice-Secretária Geral da ONU.

Planos de ações e metas de trabalho para 2017, com os representantes da Campanha Compromisso e Atitude.

Feminicídio: Diretrizes para investigar, processar e julgar.

Reunião com a Senhora ISABEL MACEDO COSTA, Coordenadora do Centro Ruth Cardoso, para apresentação da COMESP e desenvolvimento em conjunto de projetos.

Ofício nº 45/2017 do Conselho Nacional de Justiça e tabela para preenchimento relacionada a estrutura das unidades judiciárias especializadas em violência contra a mulher e os dados sobre litigiosidade.

Tabela Unificada de assuntos do Conselho Nacional de Justiça- CNJ – Feminicídio.

Minuta de Glossário da Meta 8 do Conselho Nacional de Justiça.

Elaboração de ofício para cumprimentar a Senhora AMINA MOHAMMED, pela nomeação de Vice-Secretária Geral da ONU.

Expediente SPI nº 2013/120562 – Termo de Adesão ao Programa “Mulher Viver sem Violência”, acerca da previsão de Instalação da Casa da Mulher Brasileira.

Expediente SEMA nº 2017/35071 – Ofício do Prefeito Municipal de Araraquara Edinho Silva, com manifestação de interesse em firmar convênio com o TJSP para a instalação de Anexo de Violência Doméstica naquela Comarca.

Expediente SEMA Nº 2017/52083- Ofício da Juíza Cinara Palhares de Santana de Parnaíba, com manifestação de interesse em firmar convênio com o TJSP para a instalação do Anexo de Violência Doméstica naquela Comarca.

Apreciação do e-mail da Doutora Andreina Bravo, Presidente da Comissão da mulher Advogada do Foro Distrital de Rio Grande da Serra solicitando a disponibilização de contatos de estudiosos e juristas para que possam palestrar em Rio Grande da Serra e Ribeirão Pires.

Solicitação do Vereador Masataka Ota, para reunião com a COMESP para obter informações sobre o Projeto Fênix, bem como comunicando que apresentou o Projeto de Lei nº 279, na Câmara Municipal, que propõe a criação de um Fundo Municipal para Assistência às Vítimas de Violência (Fumdav).

Apreciação do ofício advindo da Senhora Marília Montenegro Pessoa de Mello- da Universidade Católica de Pernambuco, com o objetivo de realizar um levantamento sobre a aplicação da Lei Maria da Penha e discutir a possibilidade de práticas restaurativas nesse âmbito e terá como principal foco os juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Apreciação de email advindo da Doutora Débora Tiburcio Viana, Juíza do Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Andradina, solicitando apoio para conduzir e instruir a equipe técnica, inclusive fornecendo, se possível, material, tais como panfletos, cartazes, apostilas e também indicação de simpósios e palestras que possam contribuir para o enriquecimento e melhor prestação dos serviços aos jurisdicionados da referida Comarca.

Apreciação do email encaminhado pela Doutora Maria Herminia Tavares de Almeida, da Ouvidoria Geral da Universidade de São Paulo- USP, solicitando orientação e ajuda sobre como proceder sobre a denúncia de existência de um site que incita ao estupro de estudantes daquela universidade.

Solicitação da SAB acerca da definição de gestor do Memorando de Entendimento entre o Tribunal de Justiça de São Paulo e a ONU Mulheres do Brasil.

Apreciação do email do Setor de Contratos solicitando indicação de gestor e fiscal do convênio referente à Campanha Juntos podemos parar o Assédio Sexual- TJSP, CPTM, Metrô e SPTrans.

Apreciação da informação prestada à Doutora Maria Domitila Prado Manssur, pelo Doutor Eduardo Pereira dos Santos Júnior, Juiz Assessor da Presidência da Seção de Direito Criminal, quanto ao assunto feminicídio da Tabela unificada de Assuntos do CNJ.

Apreciação do email advindo da SAB, Seção de contratos referente aos convênios 49/2013 e 50/213 – Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as mulheres e Programa Mulher Viver sem Violência, respectivamente, informando que os convênios irão encerrar suas vigências em 25/08/2017.



Solicitação do INSTITUTO AVON à Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo para a indicação de 3 representantes para participarem do Programa “Respostas Eficazes e Coordenadas à Violência Contra as Mulheres”, que acontecerá em São Paulo, entre os dias 15 a 17 de maio de 2017.

Resposta da Fundação Ford ao email da COMESP que solicitava reunião com aquela instituição.

4º Encontro de Assistentes Sociais a ser realizado no dia 19 de maio de 2017 das 14 às 17 horas, no plenário 10 do Fórum Criminal.

Encontro da COMESP sobre Direito Comparado em Violência Doméstica, onde cada membro apresentará até 5 pontos sobre a legislação vigente em um dos países sugeridos na reunião.

Palestras com a participação da EJUS para funcionários nos dias 02/06, 04/06 e 06/10.

Resultado da reunião com a Ministra Cármen Lúcia, em Brasília para tratar da Semana Nacional pela Paz em Casa.

Apreciação do email advindo do Doutor EGBERTO DE ALMEIDA PENIDO, que encaminha o Provimento 2416/2017, que institui o Grupo Gestor da Justiça Restaurativa no âmbito da Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJSP.

Publicação no DJE de 13/06/2017, do Comunicado CG nº 1391/2017, que dispõe sobre a participação de Magistrados no Comitê de fomento de ações institucionais relativas a questões de gênero.

Análise do questionário de atendimento de vítimas na polícia civil, bem como da cópia do termo de cooperação e resolução do Projeto Integrar da Polícia Civil, bem como o protocolo de encaminhamento e ser enviado ao delegado geral.

Solicitação da SAB para indicação de gestor para o convênio entre a Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania e o TJSP, que tem como objetivo estabelecer fluxo de encaminhamento de vítimas de violência doméstica provenientes das audiências de custódia para atendimento no CRAVI, nas dependências do Fórum Ministro Mário Guimarães. Obs: Com plano de trabalho em separado.

Desdobramentos da reunião na Secretaria de Estado da Saúde quanto ao Projeto Fênix.

Cadastramento de distribuição do Femicídio no recebimento da denúncia no sistema do TJSP.

Análise do modelo de Termo de Cooperação a ser firmado entre o TJSP e a Secretaria Estadual da Educação, para o Projeto CINE-DEBATE, bem como avaliação da lista das escolas que receberão o projeto, enviada à COMESP para Secretaria.

Expediente SEMA nº 2017/84811. Ofício do juiz de Direito de MONTE-MOR, Rafael Imbrunito Flores com manifestação de interesse em firmar convênio com o TJSP para a instalação do Anexo de Violência Doméstica naquela Comarca.

Expediente SEMA nº 2017/115232- Ofício do juiz de Direito de COTIA, Doutor Sérgio Augusto Duarte Moreira, com manifestação de interesse em firmar convênio com o TJSP para a instalação do Anexo de Violência Doméstica daquela Comarca.

Solicitação de reunião do Deputado Estadual Luiz Turco, para apresentação de uma Minuta de Projeto de Lei que institui o Programa Estadual de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e, estabelece diretrizes para a criação de serviço de responsabilização e educação dos agressores.

Sugestão de data para realização de reunião com a Coordenadoria de Marketing e a Imprensa do TJSP, para tratativas do assunto feminicídio e eventos de agosto em comemoração aos 11 anos da Lei Maria da Penha.

Sugestão de data para reunião com SPI e STI para tratar de ajustes do Projeto Cartas de Mulheres.

Análise de agendamento de reunião com SPI/STI /SOFTPLAN, para verificação de possibilidade técnica de integração da fase de conhecimento e execução para possibilitar na fase de execução, a extração de dados estatísticos por assunto, competência ou mesmo tarja da violência doméstica relacionada à fase de condenação.

Apreciação do email advindo da Doutora Carolina Moreira Gama, Juíza de Direito do Anexo de Violência Doméstica e Familiar de Ribeirão Preto, informando sobre o projeto sobre CONSTELAÇÃO FAMILIAR.

Ciência da publicação no DJE de 06/06/2017, do Provimento CSM nº 2422/2017, que dispõe sobre a criação do Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Santana de Parnaíba.

Reunião de trabalho das integrantes da COMESP com os Juízes e Juízas das Varas de Violência Doméstica e Familiar- Capital e Interior, para discutir propostas e recomendações do Conselho Nacional de Justiça- CNJ.

Feminicídio – Plano de Ação.

Planejamento de evento e estratégia de implementação das diretrizes para investigação do feminicídio.

Convênio entre a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e o Tribunal de Justiça de São Paulo, tendo como objetivo estabelecer fluxo de encaminhamento de vítimas de violência doméstica e familiar, provenientes de audiências de custódia para atendimento do CRAVI, nas dependências do Fórum Ministro Mário Guimarães (com plano de trabalho em separado).

Expediente SEMA 2005/00000141 – Ofício em conjunto da Câmara Municipal, Anexo de Violência Doméstica contra a Mulher, COMAD OAB 12ª Seção e CMDM solicitando a transformação do Anexo de Violência Doméstica em Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Definição de qual Vara de Violência Doméstica será beneficiada com o convênio firmado entre o Tribunal de Justiça e a Faculdade das Américas, para fornecimento de estagiários nas áreas de direito e Psicologia, que atuarão na Vara.



Modelo de e-mail que a Coordenadoria da Infância e juventude manda para que os juízes de direito indiquem os eventos que participaram mensalmente, para integrar o relatório anual daquela Coordenadoria, encaminhado pela doutora Tatiane Moreira Lima.

Análise do questionário de atendimento de vítimas na polícia civil, bem como da cópia do termo de Cooperação e Resolução do Projeto Integrar da Polícia Civil, bem como o protocolo de encaminhamento a ser enviado ao Delegado Geral de Polícia. (PROJETO FÊNIX).

Reunião com a Professora Doutora Maria Hermínia Tavares de Almeida, da Ouvidoria Geral da Universidade de São Paulo-USP que solicitou orientação e ajuda sobre como proceder sobre a denúncia de existência de um site que incita ao estupro de estudantes daquela universidade.

Verificação da possibilidade técnica de integração da fase de conhecimento e execução para possibilitar na fase de execução a extração de dados estatísticos por ASSUNTO, COMPETÊNCIA ou mesmo tarja da VIOLÊNCIA DOMÉSTICA relacionada à fase de condenação.

Atualização do navegador Google Chrome com a inclusão dos dados solicitados pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ, e definição sobre a forma de reunião dos dados solicitados por aquele departamento, referentes a semana anterior à semana de esforço concentrado.

Exposição de informações relativas ao Evento do Geledés (Instituto da Mulher Negra).

Ciência do Ato da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão nº 04/2017. Art.1º: Determinar que nos contratos firmados entre aquele Tribunal de Justiça e as empresas terceirizadas prestadoras de serviços gerais, 5% das vagas sejam destinadas a mulheres vítimas de violência doméstica e Familiar. Art. 2º: A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar daquele Tribunal, ficará responsável pela triagem e indicação.

Solicitação da Secretaria da Área da Saúde do Tribunal de Justiça- SAS, acerca do evento Outubro Rosa, sobre a data, palestrante e palestra sobre o tema aos funcionários e magistrados do Tribunal de Justiça.

8ª Edição da Campanha Justiça Pela Paz em Casa- de 21 a 25 de agosto de 2017.

Continuidade de planejamento para evento em comemoração aos 11 anos da Lei Maria da Penha e estratégia de implantação das diretrizes para investigação do Feminicídio, com a participação do Doutor José Henrique Rodrigues Torres, Juiz de Direito da 1ª Vara do júri da Comarca de Campinas e da Doutora Wânia Pasinato, Socióloga e Professora.

Justiça Restaurativa.

Indicação de dois representantes do Tribunal de Justiça, sendo um titular e um suplente, para comporem o Comitê Executivo de Implantação da Casa da Mulher Brasileira, que terá a duração necessária até a inauguração da casa.

Denúncia sobre violência institucional contra a Mulher entregue na COMESP pela funcionária J.A. S.B.C.

Sugestão da funcionária Nilce Rillo Rondon, da 3ª Vara Criminal da Comarca de Araçatuba/SP, sugerindo o uso de florais às vítimas de violência doméstica, bem como colocando-se à disposição para qualquer apoio.

Expediente SEMA nº 117818/2011, com solicitação do Manifesto do 8º Abraço Solidário às Mulheres em Situação de Violência, para a instalação de Anexos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher nas Comarcas de São Bernardo do Campo, Guarujá, Santos, São Caetano do Sul, Piracicaba, Diadema, Santo André, São Pedro, Votuporanga, Suzano, São Carlos, Campinas, Itaquaquecetuba, Mauá e Jundiaí.

Parecer aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Geral da Justiça, no Expediente SEMA nº 84811/2017, informando que a instalação de um Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na Comarca de Monte Mor, por ora, mostra-se inviável.

Programa Mulher Viver sem Violência.

Violência Doméstica e Alienação Parental- Reunião com o Grupo de Mães do Estado de São Paulo.

Solicitação do Deputado Estadual Luiz Turco, para agendamento de uma reunião com as integrantes da COMESP, para apresentação do Projeto de Lei nº 567/2017, o qual institui o Programa Estadual de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher-PEVDM e estabelece diretrizes para a criação de Responsabilização e Educação dos Agressores.

Questionamento via SIC (Serviço de Informação do Cidadão do TJSP), acerca de possibilidade de cancelamento de processo de violência doméstica.

Ofício nº 461/2017 do deputado Estadual Luiz Turco, transmitindo o Projeto de Lei nº 567/2017 (Institui o Programa Estadual de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher- PEVDM e estabelece diretrizes para a criação do Serviço de responsabilização e Educação dos Agressores).

Minuta de Resolução da Corregedoria Geral da Justiça que dispõe sobre o remanejamento da competência das Varas da Comarca de Campinas.

E-mail do Conselho Nacional de Justiça solicitando a divulgação dos relatórios da 7ª e 8ª Semanas Justiça Pela Paz em Casa nos respectivos Tribunais de Justiça.

Nona Semana Justiça Pela Paz em Casa.

E-mail do Doutor João de Oliveira Rodrigues Filho, Juiz de Direito Auxiliar da Capital, acerca do trabalho da Senhora Rosely Cruz, advogada, que gostaria de realizar trabalhos referentes à Violência Doméstica.

E-mail da senhora Luz Morena, do Grupo de Mães do estado de São Paulo.

Elaboração de mensagem de final de ano da COMESP.

Análise do pedido de apuração de conduta feito pela Senhora Jacyara Pereira Maciel, para verificar possível violação ao Código de Ética praticado por projeto de mediação de conflitos.

Escolha de datas para elaboração do cronograma de atividades da COMESP para o ano de 2018.

Curso EPM- Femicídio

Formulário da 9ª Semana Justiça Pela Paz em Casa, indicado na reunião realizada no dia 11 de dezembro de 2017, em Brasília, com a Ministra Cármen Lúcia.

Relatório elaborado pela SEPLAN sobre Demandas em Violência Doméstica no TJSP- Agosto de 2017.

Protocolo de atendimento de vítimas na Polícia Civil, bem como seu encaminhamento ao Delegado Geral.

OFÍCIOS:

Foram encaminhados no decorrer do ano de 2017, 13 Ofícios expedidos pela COMESP.

EVENTOS

Assinatura do Protocolo inédito de adesão às Diretrizes Nacionais do Femicídio elaboradas pela Organização das Nações Unidas - ONU

09/03/2017 – Palácio da Justiça, 5º andar, Sala 506

Atividade da Vara de Violência Doméstica contra a Mulher – Região Central para 7ª Edição da Campanha Nacional Justiça Pela Paz em Casa – “Começar de Novo 2”

10/03/2017 – Plenário 10 – Fórum Criminal Ministro Mário Guimarães – Avenida Abraão Ribeiro, 313 -

Entrega da Medalha Ruth Cardoso a Desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida

20/03/2017 – Assembleia Legislativa – Auditório Franco Montoro – Av. Pedro Álvares Cabral, 201, São Paulo

Lançamento do Projeto Fênix – Alçando Voo

21/03/2017 – Palácio da Justiça – Salão dos Passos Perdidos

Lançamento do Projeto “Tempo de Despertar”

31/03/2017 – Fórum Regional da Penha – 2º andar – Sala Multimídia

Reunião Ordinária do IX FONAVID

03/04/2017 – Brasília/DF

Preparação - Programa “Respostas Eficazes e Coordenadas à Violência contra as Mulheres”

08 a 11/05/2017 – Hotel Golden Tulip - SHTN Trecho 1, Conjunto 1B, Bloco C - Asa Norte, Brasília - DF

Reunião com a Ministra Cármen Lúcia para preparação da 8ª Edição Nacional da Campanha Justiça pela Paz em Casa

26/05/2017 – Brasília/DF



Visita a Casa da Mulher Brasileira (ainda não inaugurada)
07/08/2017 – Rua Vieira Ravasco, s/nº, Cambuci, São Paulo.

Audiência Pública sobre a Violência Obstétrica em São Paulo
07/11/2017 – Assembleia Legislativa de São Paulo

IX Fórum Nacional de Violência Doméstica – FONAVID
08 a 11/11/2017 – Natal / RN

Assinatura do acordo para combater tráfico de pessoas, trabalho escravo e exploração infantil
10/11/2017 – Palácio da Justiça

“Sorriso do Bem 2017”
14 a 17/11/2017 – Poços de Caldas / MG

CURSOS

Curso Multidisciplinar de Treinamento, Aperfeiçoamento e Assistência Técnica - Programa “Respostas Eficazes e Coordenadas à Violência contra as Mulheres”
15 a 17/05/2017 – São Paulo/SP

ENFAM/CNJ - Curso “Violência Doméstica, uma questão de gênero: valores e possibilidades”
12 a 14/12/2017 – Brasília

PALESTRAS

Painel “Desafios e continuidade dos Aplicativos Juntas e PLP 2.0”
26/07/2017 – Auditório da Fundação Getúlio Vargas - Rua Rocha, 233, Bela Vista, São Paulo

PALESTRA– “Aspectos Polêmicos da Lei Maria da Penha” – Palestrante Drª Alice Bianchini
04/08/2017 – Sala do Servidor - Fórum João Mendes Júnior - Praça João Mendes, s/nº, Sala 1629

Palestra– Sinais de alerta para prevenção do câncer de mama - Drª Albertina Duarte Takiuti
06/10/2017 – Fórum João Mendes Júnior - Praça João Mendes, s/nº, 16º andar, sala 1629, São Paulo



SEMINÁRIOS

4º Encontro em Comemoração ao dia dos Assistentes Sociais

19/05/2017 – Plenário 10 – Fórum Criminal Ministro Mário Guimarães – Avenida Abraão Ribeiro, 313 - Barra Funda

Seminário com a psicóloga Ivete Machado Vargas, da equipe técnica da Vara da Violência Doméstica de Porto Alegre, sobre o tema "Justiça Restaurativa e Violência Doméstica: a experiência do Rio Grande do Sul"

25/08/2017 – Plenário 10 – Fórum Criminal Ministro Mário Guimarães – Avenida Abraão Ribeiro, 313 - Barra Funda, São Paulo

WEB CONFERÊNCIA – TJSP – Secretaria de Estado da Saúde e Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania

07/11/2017 – Avenida Dr. Arnaldo, 351, 1º andar, São Paulo

Webconferência – Drª Albertina Duarte Takiuti (apresentação do Projeto Fênix)

27/11/2017 – Av. Dr. Enéas Carvalho de Aguiar, nº 188, São Paulo

“Implementación de la despatriarcalización en Bolivia: Nuevas formas de hacer justicia”

28/11 a 1º/12/2017 – Santa Cruz de La Sierra / Bolívia

Seminário sobre a importância dos JVD's - Juizados de Violência Doméstica na efetivação da Lei Maria da Penha

29/11/2017 – Consórcio Municipal Grande ABC - Avenida Ramiro Colleoni, nº 5, Centro, Santo André

CURSOS COM A PARCERIA DA ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA

Seminário “A Criminalística no Processo Penal Moderno”

16/05/2017 – Escola Paulista da Magistratura – Rua da Consolação, nº 1483, São Paulo/SP.

CINE-DEBATE

Cine Debate – “O Julgamento de Viviane Amsalem”

31/03/2017 – Fórum João Mendes Jr. – 13º andar – Sala 1329

“Precisamos Falar de Assédio” – Cine Debate

31/10/2017 – Fórum João Mendes Júnior - Praça João Mendes, s/nº, 16º andar, sala 1629, São Paulo

**NOTÍCIAS DA COMESP
PUBLICADAS
NO PORTAL DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DE SÃO PAULO**

2017

09/03/2017 – TJSP É O PRIMEIRO DO PAÍS A ADERIR ÀS DIRETRIZES DA ONU CONTRA O FEMINICÍDIO



Hoje (9), data em que se comemoram dois anos da Lei do Femicídio (Lei nº 13.104/15), o Tribunal de Justiça de São Paulo foi o primeiro do País a assinar compromisso de adesão às Diretrizes Nacionais do Femicídio, elaboradas pela ONU: investigar, processar e julgar as mortes violentas de mulheres com perspectiva de gênero. Atualmente muitos casos não são registrados como feminicídio – morte violenta de mulheres pelo fato de serem mulheres – e não têm nem a investigação, o processamento e o julgamento com a perspectiva e especificidades necessárias. Com a adesão, o TJSP busca conscientizar os agentes do sistema de Justiça sobre a necessidade de atuação específica e direcionada, desde o correto registro até o julgamento do feminicida.

A assinatura do compromisso aconteceu no gabinete do presidente do TJSP, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, com a presença do corregedor nacional de Justiça, ministro João Otávio de Noronha, e a representante da ONU Mulheres Brasil, Nadine Gasman.

Na ocasião também foi lançada a campanha do TJSP Isso tem nome: Femicídio. Com peças de certidões de óbito estilizadas, o TJSP traz nomes fictícios e tipos de mortes reais mais comuns, como estrangulamento, facadas, tiros e agressões. Destaca o compromisso do Tribunal e a necessidade do registro correto do crime.

Para a desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida, responsável pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar de Poder Judiciário (Comesp), a assinatura “representa mais um passo do Poder Judiciário paulista no enfrentamento da violência contra as mulheres”. Nadine Gasman falou sobre o empenho do Brasil no combate à violência de gênero e de sua alegria com a adesão do TJSP, maior Corte do País, às diretrizes da ONU. “A punição do agressor também é uma forma de prevenção do feminicídio”, destacou.

O presidente Paulo Dimas afirmou que a adesão e a campanha demonstram como o Judiciário paulista está engajado na causa. “Esse é o nosso compromisso: investigar, processar e julgar o feminicídio. Parabéns a atuação das integrantes da Comesp e destaque que o combate à violência doméstica é prioridade no TJSP.”

Também prestigiaram o evento o vice-presidente do TJSP, desembargador Ademir de Carvalho Benedito; o corregedor-geral da Justiça paulista, desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças; o presidente da Seção de Direito Criminal do TJSP, desembargador Renato de Salles Abreu Filho; o coordenador da Infância e Juventude do TJSP, desembargador Eduardo Cortez de Freitas Gouvêa; o desembargador José Benedito Franco de Godoi; a vice-coordenadora da Comesp, desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida; o juiz assessor e chefe do Gabinete Civil da Presidência do TJSP, Fernando Figueiredo Bartoletti; as juízas integrantes da Comesp Maria Domitila Prado Manssur, Teresa Cristina Cabral Santana, Elaine Cristina Monteiro Cavalcante; os juízes assessores da Vice-Presidência do TJSP Daniel Issler, Maria dos Anjos Garcia Alcaraz da Fonseca e Nídea Rita Coltro Sorci; a juíza assessora da Corregedoria Renata Mota Maciel Madeira Dezem; a

delegada dirigente do setor técnico das Delegacias de Defesa da Mulher, Gislaine Doraide Riberiro Pato; a diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, Jacira Vieira de Melo; a presidente do Conselho Diretor do Geledés, Maria Sylvia Aparecida de Oliveira; o representante da Turma do Bem, Hilário Rocha; servidores, magistrados e demais integrantes do sistema de Justiça.

10/03/2017 – EVENTOS ENCERRAM 7ª EDIÇÃO DA CAMPANHA NACIONAL JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA NO TJSP



A 7ª edição da Campanha Nacional Justiça pela Paz em Casa, idealizada pela ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), encerrou suas atividades na última sexta-feira (10). Os eventos simultâneos, que ocorreram entre os dias 6 e 10/3, foram realizados nas cidades de Ribeirão Preto e São Paulo.

Em Ribeirão Preto, durante toda a semana, foram realizadas diversas atividades. Palestras com o tema “Conhecendo a Lei Maria da Penha” foram ministradas nas escolas estaduais Dom Alberto José Gonçalves e Cid Oliveira Leite para professores e alunos dos 8º e 9º anos do Ensino Fundamental e 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio, abrangendo uma média de 2.200 alunos, com faixa etária entre 13 e 18 anos. A magistrada Carolina Moreira Gama, do Anexo de Violência Doméstica de Ribeirão Preto, ainda ministrou a palestra “Diretrizes e Orientações sobre Violência Doméstica e Familiar” para cerca de 150 policiais militares do 3º Batalhão da região, além de firmar parceria de capacitação com a Guarda Civil. Para a juíza, a questão da violência doméstica, como outras criminais, não se encerra no fórum, por isso, a importância do trabalho em rede.

“Mais uma vez, em Ribeirão Preto, procuramos nos ajustar em prol da mobilização relacionada à Semana Justiça pela Paz em Casa, tratando-se de oportunidade para firmarmos ou renovarmos parcerias, além de focarmos na conscientização e informações a serem prestadas à população, dessa vez especialmente com palestras junto às próprias escolas da cidade”, explicou.

Em São Paulo, o Foro Regional do Butantã também realizou, entre os dias 7 e 9, palestras e reuniões. Os temas abordados foram a saúde da mulher e os direitos e consequências do artigo 16 da Lei Maria da Penha. Ainda no dia 8, a juíza Tatiane Moreira Lima, da Vara de Violência Doméstica da Região Oeste, participou do programa “Encontro com Fátima Bernardes”, da Rede Globo de Televisão, para falar sobre as diferentes formas de violência contra a mulher.

“A importância da Campanha Semana pela Paz em Casa é chamar a atenção para o fenômeno da violência, que é perversamente democrático e atinge uma em cada três mulheres no mundo”, afirma a juíza Tatiane. Segundo a magistrada, os números da violência doméstica e da violência contra a mulher

são alarmantes e não param de crescer. “São necessárias, cada vez mais, campanhas e divulgação de informações para que as mulheres rompam o ciclo da violência e denunciem os agressores. Por outro lado, o Poder Judiciário precisa estar preparado para o número cada vez maior dessas demandas, de forma que preste uma jurisdição rápida e eficaz. Somente assim estaremos fazendo justiça na sociedade, garantindo a igualdade entre homens e mulheres e o fim da violência.”

Na sexta-feira (10), a Vara de Violência Doméstica da Região Norte promoveu encontro de capacitação e de esclarecimento sobre a Lei Maria da Penha, no qual foram abordadas as formas e os ciclos da violência em linguagem acessível. Foram expositoras as juízas Camila de Jesus Mello Gonçalves, Maria Regina Ribeiro Junqueira de Andrade Gaspar Burjakian, e Rafaela Caldeira Gonçalves.

Já a Vara de Violência Doméstica do Foro Regional da Penha, promoveu, também na última sexta-feira (10), além das audiências, atividade de conscientização junto à população no Shopping Center Penha. Foram distribuídas cerca de 280 cartilhas sobre a Lei Maria da Penha para o público que passou pelo *stand*. Servidores esclareceram dúvidas sobre a legislação e o ciclo da violência doméstica, bem como as providências a serem adotadas em casos de abuso e agressão. Segundo a juíza Claudia Felix de Lima, da Vara de Violência Doméstica da Região Leste 1, o Poder Judiciário se mostra cada vez mais atento às necessidades da população. “Esse tipo de evento torna acessíveis, a um maior número de pessoas, informações sobre os atos que configuram violência contra a mulher, e os meios que podem ser utilizados para obter ajuda. Ainda que a pessoa que receba a informação não esteja inserida num contexto de violência, poderá auxiliar alguém que conheça e que esteja inserida nesse contexto”, finalizou.

Também na sexta-feira, no Fórum Criminal da Barra Funda, a Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp) promoveu o evento de encerramento das atividades.

Compuseram a mesa de autoridades as integrantes da Comesp, desembargadoras Angélica de Maria Mello de Almeida (coordenadora) e Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida (vice-coordenadora) e a juízas Elaine Cristina Monteiro Cavalcante, Maria Domitila Prado Manssur Domingos e Teresa Cristina Cabral Santana; a juíza Nidea Rita Coltro Sorci (assessora da Vice-Presidência do TJSP, representando o vice-presidente); e os juízes Paulo Eduardo de Almeida Sorci, (diretor do fórum) e Luis Fernando Decoussau Machado, da Vara Central da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Durante a solenidade, foi apresentado trabalho realizado pela Associação Reciclázaro, instituição que tem como missão reintegrar na sociedade pessoas em situação de vulnerabilidade social, por meio de ações socioambientais.

Ao encerrar o encontro, a desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida destacou o fato de cada vez mais o Tribunal de Justiça de São Paulo estar comprometido com a defesa dos direitos das mulheres, não apenas no âmbito jurisdicional, mas também na orientação e capacitação das vítimas e seus familiares. “O evento foi uma aula sobre como renascer. Aprendi muito”, afirmou.

21/03/2017 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA APRESENTA PROJETO FÊNIX – ALÇANDO VOO



A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp) realizou hoje (21), no Palácio da Justiça, a apresentação do *Projeto Fênix – Alçando Voo*. Com palestras, apresentação de vídeos e depoimentos, o evento mostrou os desdobramentos do projeto, dedicado a atender mulheres vítimas de lesões físicas em decorrência da violência.

A abertura foi realizada pela coordenadora da Comesp, desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida. “O nosso objetivo é uma intervenção conjunta de vários órgãos estatais e da sociedade civil. É uma ação de política pública para oferecer o resgate à autoestima. O sucesso depende da atuação de cada um dos entes presentes”, explicou.

A juíza da 16ª Vara Criminal Central e integrante da Comesp, Maria Domitila Prado Manssur Domingos, esclareceu que o projeto – fruto de convênio entre o TJSP, a Secretaria de Estado da Saúde e a Turma do Bem – oferece às vítimas com sequelas físicas acesso a cirurgias estéticas e reparadoras pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e a tratamento odontológico integral e gratuito. “Constada a lesão estética, ortopédica ou odontológica, a serventia judicial encaminhará e-mail à Comesp, com decisão judicial mencionando o nome da vítima e cópia do laudo de corpo de delito realizado pelo Instituto Médico Legal (IML), para inclusão no Projeto Fênix. Até agora, 20 vítimas ingressaram no projeto, o que mostra a importância de avançarmos, pois elas ainda sentem medo, insegurança e fragilidade. A trajetória no processo de rompimento do ciclo de violência é árdua e de constante enfrentamento”, concluiu.

O presidente da Corte, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, afirmou que é preciso estabelecer a igualdade de fato e não apenas no papel. “Estamos aqui reunidos para dar visibilidade, credibilidade e concretude ao projeto. Vamos trabalhar juntos para que alce voo e que possamos vê-lo, com destaque, dando assistência a todas as mulheres que precisam de nós”, finalizou.

A coordenadora da Coordenação de Políticas para as Mulheres do Estado, médica Albertina Duarte Takiutu, falou sobre a importância do acolhimento e sobre os sinais físicos e psicológicos da violência. “É importante analisar os sinais de alerta nas vítimas como marcas de queimaduras, fraturas e feridas, roupas rasgadas, queixas de hemorragia vaginal e doenças sexualmente transmissíveis. Entre as lesões decorrentes de atividade sexual, 65,2% são estupro e 13,95% tentativas. Nas sequelas da violência, os sintomas permanecem por muitos anos e as dores do corpo tornam-se também dores na alma. A violência precisa ser desconstruída. É preciso criar uma força-tarefa de ações positivas.”

O diretor de Relacionamento Pessoa Física e Relações Institucionais da Turma do Bem, Hilário Rocha, explicou que a organização – maior rede de voluntariado especializado do mundo – realiza inclusão social por meio de sorrisos. “Temos certeza que estamos fazendo a coisa certa. Queremos fazer pelos outros aquilo que faríamos por nossos filhos”, disse.

Em 2012, a Turma do Bem começou a desenvolver o projeto *Apolônias do Bem*, que proporciona tratamento odontológico gratuito às vítimas que estampam a marca da violência em seus rostos. Atualmente o programa já atendeu mais de 600 mulheres. Os participantes acompanharam ainda apresentação de vídeos com depoimentos de mulheres beneficiárias do tratamento odontológico e o impacto do atendimento na vida delas.

Também participaram do evento a juíza assessora da Presidência de Direito Privado do TJSP, Carina Bandeira Margarido Paes Leme – na ocasião, representando o presidente, desembargador Luiz Antonio de Godoy; as juízas integrantes da Comesp Elaine Cristina Monteiro Cavalcante e Teresa Cristina Cabral Santana; a promotora de Justiça do Grupo de Enfrentamento à Violência Doméstica (Gevid), Maria Gabriela Prado Manssur; a médica da Secretaria Estadual da Saúde Maria Inês Cardoso de Matos; a delegada dirigente do Serviço Técnico de Apoio às Delegacias de Polícia de Defesa da Mulher do Estado, Gislaine Doraide Ribeiro Pato; a diretora de Polícia Comunitária e Direitos Humanos da Polícia Militar do Estado, tenente-coronel PM Ana Rita do Amaral Souza; a coordenadora da Coordenadoria de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e Diversidade Social de Barueri, Luciana Ribeiro; a integrante da Comissão de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do TJSP e do Conselho Estadual da Condição Feminina, Dalila Figueiredo; além de magistrados, integrantes do Ministério Público, advogados, servidores e entidades ligadas à defesa da mulher.

31/03/2017 – COMESP PROMOVE DEBATE SOBRE O FILME “O JULGAMENTO DE VIVIANE AMSALEM”



A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp) realizou, na última sexta-feira (31), no Fórum João Mendes Júnior, o **3º Cine Debate**, com apresentação do filme “O Julgamento de Viviane Amsalem”.

O filme, lançado em 2015, apresenta o processo de divórcio de Viviane Amsalem, em Israel. O drama, de produção francesa, israelense e alemã, questiona a Justiça de cunho religioso, por meio da história de uma esposa que luta, durante cinco anos, para obter o divórcio de um marido controlador. Como ele se recusa a conceder a separação, os rabinos e juízes nada podem fazer para resolver o caso. Em Israel, somente os rabinos têm o poder de firmar ou dissolver um casamento. Mas esta última opção só se concretizará se houver total consentimento do marido.

Antes da projeção, o vice-presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Ademir de Carvalho Benedito, declarou o total apoio do TJSP ao trabalho realizado pela Comesp. “É muito importante fomentar o debate sobre a violência contra a mulher e o preconceito de gênero, sem qualquer reserva, com a participação do Judiciário.”

Após a exibição, foi realizado debate entre os presentes, com participação da coordenadora da Comesp, desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida, e das juízas da Comesp Teresa Cristina Cabral Santana Rodrigues dos Santos e Tatiane Moreira Lima.

Participaram como debatedoras a jornalista Débora Prado, a mediadora e advogada Maria Cecília de Araújo Asperti e a socióloga Wânia Pasinato. Débora Prado é editora executiva do Instituto Patrícia Galvão. Maria Cecília de Araújo Asperti é mestre em Direito Processual Civil pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e também professora da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas. Wânia Pasinato é mestre e doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo e pós-doutora pela PAGU-Unicamp. É também autora de livros e artigos sobre o tema Violência de Gênero.

Discutiu-se o paralelo entre a situação do divórcio mostrada no filme e a realidade da violência doméstica no Brasil, evidenciando-se o preconceito de gênero. Apurou-se a necessidade da construção de um entendimento do problema e da mobilização de todos os entes governamentais envolvidos no tema, inclusive o Judiciário. Prestigiaram o evento a juíza da 1ª Vara do Júri da Capital Renata Mahalen da Silva Teles e a delegada coordenadora das Delegacias da Mulher, Gislaine Doraide Ribeiro Pato.

Ao final, foi apresentada a campanha conjunta do TJSP, SPtrans, Metrô e CPTM contra o assédio sexual, que será veiculada no transporte público de São Paulo, por meio de mensagens que estimulam passageiros a não se omitirem em denunciar eventuais abusos.

31/03/2017 – FORO REGIONAL DA PENHA LANÇA PROJETO “TEMPO DE DESPERTAR”



Na última sexta-feira (31) foi realizada a solenidade de implementação do projeto **Tempo de Despertar – Ressocialização do Agressor** na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Região Leste 1 e no Grupo de Atuação Especial de Enfrentamento à Violência Doméstica (Gevid), sob a coordenação da juíza Cláudia Felix de Lima e da promotora de Justiça Maria Gabriela Manssur.

“O programa pretende que o agressor repense o relacionamento familiar e passe a tratar esposa e filhos com mais respeito e cuidado. Precisamos reduzir a agressividade nas relações e combater essa cultura de violência. O projeto consiste na realização de grupos reflexivos com homens autores de violência doméstica, com o objetivo de prevenir e combater a violência e reduzir a reincidência. Nosso objetivo é dar publicidade a esse projeto”, enfatizou a promotora de Justiça Carolina Guerra Zanin Lopes na abertura do evento.

“A Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher do Foro Regional da Penha, além de tocar os processos, também tem um trabalho de acompanhamento das vítimas, de ajudar a recuperar sua dignidade e seguir sua vida normalmente. Percebemos que os números de violência não caem. Por isso, precisamos voltar a atenção para os agressores, para romper esse ciclo de violência doméstica. Nesse

projeto, eles terão a oportunidade de conversar com psicólogos, onde serão abordados vários temas e, com isso, poderão refletir sobre sua conduta e alterar seu comportamento”, destacou a juíza Claudia Felix de Lima.

O filósofo e coordenador do Grupo Reflexivo de homens do projeto, Sérgio Barbosa, ressaltou que “esses grupos reunidos irão devolver a dignidade da sociedade, nesse bairro que tem expressivo índices de violência”.

A advogada e coordenadora dos Direitos da Mulher em Taboão da Serra, Sueli Amoedo, afirmou que os grupos permitem uma transformação cultural e desconstrução do machismo, pois discutem assuntos como alcoolismo e desemprego, entre outros. “Os homens saem assessorados e não somente sentenciados”, ponderou.

O juiz diretor do Foro Regional da Penha, Paulo Roberto Fadigas Cesar, falou sobre a importância da iniciativa. “Quando o Poder Judiciário e o Ministério Público examinam os processos intervêm diretamente na realidade da vida das pessoas. Não podemos aceitar a violência como se fosse apenas mais um processo e mais uma vítima. O tempo já é tardio e a tarefa é muito grande. Convido a todos a acolher e difundir essa iniciativa. O ritual de passagem que inicia a transformação pode ser pequena, mas dependendo da terra se tornará gigante.”

O presidente da Associação Paulista de Magistrados (Apamagis), desembargador Oscild de Lima Júnior, afirmou que muitas mulheres procuram as delegacias e o Judiciário para falar sobre a violência que sofrem, mas a maioria ainda é represada porque eles ainda têm medo de separar a família e traumatizar os filhos. “Durante oito anos fui juiz de Vara de Família e, em seguida, de Vara Criminal e, por isso, muitas vezes atuei em casos de violência doméstica. Na época, percebíamos que o problema não era criminal, mas, familiar. Essa iniciativa é maravilhosa, pois os homens estarão no grupo para compartilhar experiências e perceber no que é possível melhorar. Por isso, devemos divulgar o projeto, que com certeza vai dar muito certo na região da Penha. Ministério Público e Judiciário estão aqui para servir à população de todas as formas”, explicou.

O Projeto **Tempo de Despertar** foi idealizado em 2010 pela promotora de Justiça Gabriela Manssur, do Núcleo de Combate à Violência Doméstica Contra a Mulher de Taboão da Serra. De acordo com dados estatísticos do Núcleo, entre 2014 e 2016 houve queda da reincidência, de 65% para 2%. O sucesso da iniciativa resultou na Lei Tempo de Despertar (Lei Municipal nº 2.229/15, que torna obrigatório o programa de ressocialização do autor de violência contra a mulher em Taboão da Serra).

O programa é destinado aos autores de violência contra a mulher que estejam com inquérito policial, procedimento de medidas protetivas, de prisão em flagrante e/ou processos criminais em andamento – com exceção de agressores que estejam com sua liberdade cerceada; crimes sexuais; dependentes químicos com comprometimento; portadores de transtornos psiquiátricos; e autores de crimes dolosos contra a vida. Aproximadamente 40 homens passam por entrevista com equipe multidisciplinar e 30 são selecionados. Intimados pela Justiça, a pedido do Ministério Público, a frequência é obrigatória e, como benefício, há a possibilidade de atenuação da pena. São oito encontros quinzenais, com uma palestra dada por um especialista, seguida de roda de conversa, discussão, reflexão e debates.

O cronograma dos encontros está definido da seguinte forma:

4/4 – Evolução histórica sobre as conquistas e direitos das mulheres: história da Maria da Penha e da necessidade de uma lei para as mulheres

18/4 – Lei Maria da Penha: violência contra a mulher e ciclo da violência; responsabilização e sensibilização

2/5 – Igualdade e respeito das diversidades: discussão sobre gênero, diversidades, machismo e masculinidade

16/5 – Relações familiares, relações afetivas, paternidade: aspectos emocionais; traição, ciúmes, confiança, separação

30/5 – Direito de defesa

13/6 – Sexualidade; trabalho; saúde; qualidade de vida

27/6 – Álcool e drogas

4/7 – Encerramento: entrega dos certificados de conclusão do projeto

Prestigiaram o evento a juíza da Vara do Foro Central de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Elaine Cristina Monteiro Cavalcante, representando a Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp); a juíza da 16ª Vara Criminal Central e integrante da Comesp, Maria Domitila Prado Manssur Domingos; os juízes do Foro Regional da Penha Cristina Aparecida Faceira Medina Mogioni, Luciana Mendes Simões Botelho, Ana Luiza Queiroz do Prado, Mara Regina D'agnessa Trippo Kimura, Dácio Giraldi e Eduardo Moretzsohn de Castro; a subcoordenadora do Núcleo de Execuções Criminais do Centro de Apoio Operacional Criminal do Ministério Público, Fernanda Pimentel Rosa, representando o subprocurador-geral de Justiça de Políticas Criminais e Institucionais do Ministério Público de São Paulo; além de promotores de Justiça, defensores públicos, funcionários e estagiários.

03/04/2017 – MAGISTRADOS SE REÚNEM PARA DISCUTIR EXPERIÊNCIAS SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



Na última segunda-feira (3), a juíza Maria Domitila Prado Manssur Domingos, integrante da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário (Comesp) e ex-presidente do Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid), participou da 1ª Reunião Ordinária do Fonavid, realizada em Brasília.

O encontro reuniu representantes das regiões e ex-presidentes, e teve como objetivo compartilhar experiências e uniformizar procedimentos afetos à Lei Maria da Penha – Lei 11.340/06, bem como discutir as decisões oriundas dos Juizados e Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, sob o prisma da efetividade jurídica e, ainda, articular a rede de proteção e combate à violência contra a mulher.

Conforme dispõe o artigo 4º, X, da Portaria nº 15, de 8/3/17, da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é indispensável o apoio dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal às ações que vêm sendo desenvolvidas pelo Fonavid e parceiros integrantes da rede em favor da efetividade da Lei Maria da Penha.

Para a juíza paulista, “foi um importante momento de reconhecimento do trabalho em conjunto dos magistrados e magistradas que, desde o primeiro Fórum, se dedicam ao enfrentamento da violência contra a mulher”.

O encontro contou também com a presença da juíza da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de São José dos Campos, Marcia Faria Mathey Loureiro, além de magistrados de várias localidades do País.

19/05/2017 – COMESP E VARA DE VIOLÊNCIA CENTRAL PROMOVEM EVENTO EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO ASSISTENTE SOCIAL



A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp) e a Vara do Foro Central de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher promoveram, na última sexta-feira (19), nas dependências do Fórum Criminal Ministro Mário Guimarães, na Barra Funda, o **4º Encontro de Assistentes Sociais**, em comemoração ao Dia do Assistente Social.

A abertura do evento ficou a cargo da juíza da Vara do Foro Central de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Elaine Cristina Monteiro Cavalcante, que cumprimentou os profissionais presentes. “Nesses tempos de crise que o nosso País vem atravessando, a importância da missão da assistente social se acentua diante da necessidade de auxiliar a melhoria das condições de vida das pessoas que não têm acesso aos seus direitos fundamentais: os trabalhadores, os idosos e as crianças que são exploradas; a população em situação de rua, e todos aqueles que estão à margem da sociedade, sem esperança e no desalento. Daí a importância de encontros como este para o fortalecimento dos vínculos que nos une enquanto servidores do Tribunal de Justiça, na busca pela Justiça e pela igualdade social. Eu parablenizo, em nome do Poder Judiciário do Estado de São Paulo e da Comesp, todos os profissionais que exercem essa sublime missão de auxílio ao próximo com idealismo, e com esperança de contribuir para a criação de um mundo melhor. E tenham a certeza que o trabalho de vocês faz muita diferença. E agora somos todos TJSP.”

Em seguida, a magistrada apresentou a palestrante, professora Sueli Gião Pacheco do Amaral, que falou sobre o tema “Violência de gênero e a atuação do Serviço Social”. A professora apontou que não há como falar de violência contra a mulher se não se falar antes da questão de gênero que segrega homens e mulheres, colocando ambos em lugares distintos. “As maiores formas de exploração estão expressas no patriarcado, no racismo e no capitalismo. As três contradições sociais são produtoras das desigualdades sociais nas relações entre homens e mulheres; entre ricos e pobres; e entre brancos e negros. Elas atuam conjuntamente e formam um novelo que potencializa e aprofunda as situações em foco e carece de mais aproximações teóricas para desvendá-las”, explicou.

A palestrante falou também sobre o Serviço Social. A profissão tem 81 anos, e é regida pela Lei Federal nº 8.662/93, que estabelece suas competências e atribuições. O Conselho Federal e os Conselhos Regionais atuam na normatização e na defesa da categoria, visando à qualidade dos serviços prestados à sociedade. “O Serviço Social está voltado às demandas reais dos usuários. Estamos tratando de seres humanos que gostam de saber que estão sendo ouvidos e que têm valor para aquele profissional do Serviço Social. Qualificar esses profissionais não é para qualquer um”, finalizou.

A assistente social Maria de Fátima de Jesus Agostinho Ferreira também compôs a mesa dos trabalhos. Ela falou de sua experiência profissional e da atuação do Serviço Social nos diversos setores do Tribunal de Justiça. “Cada um desses órgãos, Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil, Central de Penas Alternativas, varas de Violência Doméstica e o Centro de Referência e Apoio à Vitima, tem uma função essencial. Por isso, é muito importante que se interliguem. Quanto mais compreenderem o que o outro faz, melhor para a pessoa que está sendo atendida, porque vamos colaborando com o outro.”

Ao final da apresentação a palestrante Sueli Gião Pacheco do Amaral respondeu a perguntas da plateia.

26/05/2017 – MAGISTRADA PAULISTA PARTICIPA DE REUNIÃO SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



Em reunião com os coordenadores estaduais da Mulher em Situação de Violência Doméstica, ocorrida na última sexta-feira (26), a presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, sugeriu a inclusão das práticas da Justiça Restaurativa no combate à violência doméstica contra a mulher. A juíza Elaine Cristina Monteiro Cavalcante, da Vara do Foro Central de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, representou o Judiciário paulista na ocasião.

A ministra ponderou que essa ação poderá fazer parte da programação da próxima edição da Semana Justiça pela Paz em Casa, que ocorrerá entre os dias 21 e 25 de agosto. Cármen Lúcia também apresentou aos magistrados questionário a ser respondido pelas Coordenadorias estaduais durante a Semana Justiça pela Paz em Casa.

Na reunião, ocorrida na sala da Presidência do STF, a ministra defendeu a utilização das técnicas da Justiça Restaurativa na recomposição das famílias que vivenciam o drama da violência doméstica em seu cotidiano. Ela reforçou a importância do foco familiar no combate à violência ao lembrar que, nessas situações, todos são atingidos e, mais profundamente, as crianças. “Temos de defender e cuidar também dos mais vulneráveis, aqueles que podem virar presas fáceis do vício e do tráfico de drogas, além de abusos físicos e psicológicos”, disse.

Justiça Restaurativa – A Justiça Restaurativa é uma técnica de auxílio na solução de conflitos que tem como foco a escuta das vítimas e dos ofensores; ela tem sido utilizada em diversos casos, inclusive na resolução de crimes contra a vida. A prática é incentivada pelo CNJ por meio do Protocolo de Cooperação

para a difusão da Justiça Restaurativa. Nos casos de violência doméstica, a técnica tem como objetivo restabelecer o respeito entre as relações familiares, mas não significa restaurar a relação.

04/08/2017 – LEI MARIA DA PENHA É TEMA DE PALESTRA NA EJUS



A Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp) promoveu, na última sexta-feira (4), em parceria com a Escola Judicial dos Servidores (EJUS), a palestra “Aspectos Polêmicos da Lei Maria da Penha”, na Sala do Servidor, no Fórum João Mendes Júnior. Com 451 servidores inscritos (modalidades presencial e *online*), o curso foi ministrado pela professora Alice Bianchini.

A desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida, coordenadora da Comesp, fez a abertura dos trabalhos e a apresentação da convidada. “O tema da palestra foi escolhido porque nós sabíamos que o fenômeno social da violência de gênero é um fenômeno que atinge a todos nós, homens e mulheres. Por isso é preciso que todos tenhamos a consciência de que a transformação da sociedade passa pelo afastamento da violência de gênero.”

Doutora em Direito Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Alice Bianchini iniciou sua explanação afirmando que é preciso pensar nas consequências da violência contra a mulher para os filhos. “A criança vivencia a violência praticada pelo pai contra a mãe e isso causa uma perturbação psicológica muito grave e sequelas que ela vai levar para a adolescência e vida adulta”, afirmou.

Segundo a professora, a Lei Maria da Penha é uma das três leis mais avançadas do mundo, mas o Brasil é o quinto país em que mais se mata mulheres. “O grande obstáculo pela não efetivação da Lei é cultural. Vivemos uma cultura patriarcal e machista”, disse. Para Bianchini, é necessário superar “velhos paradigmas e antigas culturas”, como o discurso de que a mulher é inferior e que “mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar”.

Em seguida, a convidada apresentou dados sobre a desigualdade de gênero no Brasil, que ocupa a 79ª posição no índice dos países mais desiguais do mundo. “Quanto mais desigualdade de gênero, mais violência de gênero”, explicou. Segundo ela, a igualdade de fato e de direito está aumentando a cada ano, mas, no ritmo atual, seriam necessários 95 anos para alcançar o objetivo. “A Lei Maria da Penha é uma lei de ação afirmativa e temporária. Isso significa que um dia nós vamos nos despedir dela. Vamos agradecer e dizer até nunca mais.”

A convidada também apresentou os principais motivos pelos quais as mulheres não denunciam seus agressores: a preocupação com a criação dos filhos; o medo de vingança do agressor; por acreditarem ser a última vez que serão agredidas e que não existe punição; e por vergonha da agressão. “Os dados confirmam que a mulher que morre mais é a que tenta sair e não a que fica. É o ex-marido que mata

mais e não o atual”, afirmou. “A mulher precisa de ajuda porque ela não consegue sair da situação de violência sozinha”, enfatizou.

Ao final, a palestrante respondeu às perguntas do público e recebeu da desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida certificado de participação. Também estiveram presentes as juízas Teresa Cristina Cabral Santana e Maria Domitila Prado Manssur, integrantes da Comesp; e a juíza Renata Mahalem da Silva Teles, da 1ª Vara do Júri da Capital.

14/08/2017 – TJSP PARTICIPA DA OITAVA EDIÇÃO DA CAMPANHA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA



Entre os dias 21 e 25/8, o Tribunal de Justiça paulista se engaja na oitava edição da **Campanha Justiça Pela Paz em Casa**. A ideia é promover, em âmbito nacional, ações concentradas ao longo da semana para agilizar audiências e julgamentos de casos que envolvam violência ou grave ameaça contra a mulher.

Para a ação, juízes das Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, assim como do Júri, designarão o maior número possível de audiências relacionadas ao tema, antecipando as pautas, se necessário. Além do mutirão, a Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário de São Paulo (Comesp) programou palestras, seminários, oficinas, campanhas de esclarecimento e o fortalecimento de parcerias e redes de proteção à mulher.

Confira a programação:

21 a 25/8 – Atividades da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de São José dos Campos (Juíza Márcia Faria Mathey Loureiro):

Durante a semana, será intensificada a realização de audiências de instrução e julgamento, com o atendimento simultâneo às vítimas de violência doméstica pela Defensoria Pública, que prestará auxílio e orientação sobre eventual necessidade de interposição de qualquer outro tipo de ação judicial, se o caso. A Delegacia de Defesa da Mulher também foi orientada a encaminhar as vítimas para a realização da audiência prevista no artigo 16 da Lei 11.340/2006 durante a referida semana.

1ª Vara Criminal e de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Itu (Juíza Andrea Ribeiro Borges):

Durante a semana, estão pautados processos versando sobre a Lei 11.340/2006.

21/8 – Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Santana de Parnaíba (Juiz João Guilherme Ponzoni Marcondes):

Mutirão de audiências do artigo 16, com a convocação de 55 vítimas, iniciando com palestras ministradas pelo Ministério Público e pela Rede NUPAV e CREAS.

21/8 – 9 horas – Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Ribeirão Preto (Juíza Carolina Moreira Gama):

Reunião presidida pela magistrada com professores e profissionais das áreas de Enfermagem e Psiquiatria da USP, com o tema “Violência Doméstica e Atendimento a Vítimas”. Local: Rua Alice Além Saad, nº 1.010 – Nova Ribeirânia.

Palestra na Faculdade UNIP, na Sala de Psicologia, presidida pela psicóloga Fernanda, que atua no setor técnico do Anexo de Violência Doméstica. Local: Av. Carlos Consoni, nº 10 – Jardim Canadá.

22/8 – 9 horas – Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Ribeirão Preto: Capacitação, que será realizada pela magistrada com integrantes da Guarda Civil Municipal, inclusive na atuação da “Patrulha Maria da Penha”. Local: Rua Lafaiete, nº 1.675 – Centro.

23/8 – 14 horas – Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Ribeirão Preto:

Palestra Preventiva na Escola Estadual Santos Dumont, para alunos do 9º Ano do Ensino Fundamental, presidida pelo assistente social que atua no setor técnico do Anexo de Violência Doméstica. Local: Rua São Salvador, nº 175 – Sumarezinho.

24/8 – 10 horas – Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Ribeirão Preto:

Inauguração e cerimônia da “Patrulha Maria da Penha”, em parceria com a Guarda Civil Municipal, na qual comparecerão o prefeito e demais autoridades e convidados. Local: Rua Lafaiete, nº 1.675 – Centro.

24/8 – Atividades do Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Santana de Parnaíba (Juiz João Guilherme Ponzoni Marcondes):

Foram marcadas quatro audiências de instrução e julgamento.

25/8 – 9 horas – Juizado Especial e da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Sorocaba (Juiz Hugo Leandro Maranzano):

Palestra aos policiais militares envolvidos na denominada "Patrulha da Paz", com participação de integrantes da Rede (CEREM e CIM-MULHER). Local: 7º BPMI – R. Gal. Mena Barreto, 190 – Vila São Caetano.

25/8 – 10 horas – Vara do Foro Central de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital (Juíza Elaine Cristina Monteiro Cavalcante):

Seminário com a psicóloga Ivete Machado Vargas, da equipe técnica da Vara da Violência Doméstica de Porto Alegre, sobre o tema "Justiça Restaurativa e Violência Doméstica: a experiência do Rio Grande do Sul".

Local: Plenário 10 do Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães.

25/8 – 13 horas – Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Suzano (Juízes Érica Marcelina Cruz e Fernando Augusto Andrade Conceição):

Ciclo de Palestras sobre o tema “Os avanços da Lei Maria da Penha na Comarca de Suzano”. Serão convidados como palestrantes a delegada da Delegacia da Mulher (DDM), Silmara Marcelino, além de representantes da OAB, Patrulha Maria da Penha, Comissão da Mulher, Ministério Público e Prefeitura Municipal. Local: Auditório do Júri do fórum.

Anexo de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Andradina (juíza Débora Tibúrcio Viana):

22/8 – 10 horas – Solenidade de abertura da “Semana Justiça pela Paz em Casa”, com palestra proferida pela juíza Silvia Camila Calil Mendonça, titular da 1ª Vara da Comarca de Guararapes. Local: Câmara Municipal de Andradina, localizada na Rua Orensy Rodrigues da Silva, 553 – Centro.

23/8 – 9 horas – Palestra com a delegada da Delegacia da Mulher, Ana Carolina Assis Coelho, na qual será exposta a temática relativa às funções da Delegacia da Polícia de Defesa da Mulher na rede de atendimento, a necessidade de “empoderamento” da vítima e os aspectos da Lei Maria da Penha.

Exposição dos índices relacionados à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher dos municípios de Andradina, Castilho, Nova Independência e Murutinga do Sul.

Local: Câmara Municipal de Andradina

24/8 – 9 horas – Palestra com a diretora de Proteção Social Básica, Luciane Malheiro Dourado; a gestora dos Programas de Transferência de Renda, Daniele Catarino Rocha Lopes; e o diretor de Proteção Social Especial, Guilherme Rangel Cochi Inácio, com o tema “Política de Assistência Social no Âmbito do SUAS”.

Local: Câmara Municipal de Andradina.

25/8 – 13 horas – Encerramento da semana com mutirão de audiências do artigo 16 da lei 11.340.

Local: Auditório do Júri do Fórum de Andradina, localizado na Rua Paes Leme, nº 2052, bairro Stella Maris.

27/08/2017 – FÓRUMS DA CAPITAL PROMOVEM EVENTOS NO ÂMBITO DA 8ª SEMANA NACIONAL JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA



O Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães – Fórum Criminal na Barra Funda – foi palco hoje (25) do seminário “Justiça Restaurativa e Violência Doméstica: a experiência do Rio Grande do Sul”, ministrado pela psicóloga Ivete Machado Vargas, do Primeiro Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Porto Alegre-RS. A palestra faz parte da oitava edição da “Semana Nacional Justiça pela Paz em Casa”, lançada pela ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e contou com o apoio da Associação Paulista de Magistrados – Apamagis, bem como da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Magistrados de São Paulo - Magistred.

A juíza Elaine Cristina Monteiro Cavalcante, da Vara do Foro Central de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que coordenou a organização do seminário, destacou a importância da Justiça Restaurativa, agora também no combate à violência contra a mulher, para a recomposição das famílias, independentemente do processo criminal.

A psicóloga Ivete Machado Vargas falou do desenvolvimento da utilização da Justiça Restaurativa no Rio Grande do Sul para a resolução de conflitos, esclarecendo que sua aplicação não exclui o processo criminal. A especialista mostrou slides sobre alguns tipos de círculos restaurativos, as particularidades de cada um e os resultados obtidos, definindo a Justiça Restaurativa como um convite às pessoas envolvidas para que enxerguem o conflito com outras lentes, construindo assim a solução. O juiz Erasmo Samuel Tozetto, também da Vara do Foro Central, completou a mesa de trabalho do seminário. Esse foi um dos eventos que marcaram o último dia de trabalhos da iniciativa, que promove em âmbito nacional ações concentradas para agilizar, ao longo de uma semana, audiências e julgamentos de processos que envolvam violência ou grave ameaça contra a mulher. Durante o período, magistrados de todo o Estado

realizaram atividades voltadas ao propósito da campanha, sob a coordenação da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário de São Paulo (Comesp).

Estiveram presentes também os juízes Diego Bonilha, representando a Apamagis e Mário Rubens Assumpção, da Vara de Violência Doméstica Leste 3; o presidente da Comissão de Justiça Restaurativa de Santana; a presidente do Instituto Geledés, Maria Silva de Oliveira; a representante do Núcleo de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça de São Paulo, Silvana Iiek; a coordenadora do Cravi- Centro de Referência de Apoio à Vítimas de Violência, Cristiane Pereira e as representante do Conselho Estadual da Condição Feminina, Gislaíne Doraide Ribeiro Pato e da Associação dos Advogados Criminalistas do estado de São Paulo (Acrimesp), Vitória Nogueira; da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Além destes, prestigiaram as equipes técnicas dos fóruns de Santos e Ribeirão Preto e das varas de Violência Domésticas dos fóruns do Butantã, Penha Santo Amaro e Oeste, do Sanctvs, Gevid, Nudeme, Cejusc e dos Núcleos de Apoio Técnico da Coordenadoria da Infância e da Juventude e de Proteção Jurídica e Apoio Psicológico do Butantã; Promotoras Legais Populares de Santo André (PROLEG); Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) de Itaquaquecetuba; Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Cidade Ademar; Centros de Defesa e Convivência da Mulher (CDCM) de Mariás, São Matheus, Francisca Franco, Parelheiros, Mulheres Vivas e Crê-Ser; Casas Eliana de Grammont e Abrigo Sigilosas; Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde; União Popular de Mulheres e Associação Fala Mulher, além de alunos das faculdades de Psicologia e Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP).

No último dia 21, a juíza Tatiana Vieira Guerra, da Vara da Região Leste 1 de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, coordenou no Foro Regional da Penha evento para incentivar a prevenção e o combate à violência. As atividades contaram com distribuição de cartilhas e palestra da promotora de Justiça Maria Gabriela Manssur, com o tema "Justiça Restaurativa: Projeto de Proteção Integral às Mulheres em Situação de Violência".

Já os integrantes da ONG Geledés – Instituto da Mulher Negra estiveram presentes em fóruns da capital para divulgar e orientar o público em geral sobre a funcionalidade do aplicativo JUNTAS (PLP 2.0), instrumento de proteção à mulher em risco de violência doméstica, e distribuir cartilhas com endereços da rede de atendimento às vítimas.

08/10/2017 – TJSP PROMOVE PALESTRA SOBRE PREVENÇÃO DO CÂNCER DE MAMA



A Presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo promoveu hoje (6), com apoio da Secretaria da Área da Saúde (SAS), Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp), e Escola Judicial dos Servidores (EJUS), a palestra "Outubro Rosa – Sinais de alerta para prevenção do câncer de mama", com o objetivo de disseminar a importância do diagnóstico precoce e tratamento do câncer de mama.

Na abertura do evento a coordenadora da Comesp, desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida, destacou a preocupação do Tribunal em promover qualidade de vida aos servidores e magistrados.

A médica coordenadora de Assistência à Saúde, Adriana Regina Perez Brito, narrou sua experiência ao descobrir um câncer de mama em 2016. "É muito importante mostrar que a gente consegue vencer o câncer, munida de conhecimento do corpo e com o diagnóstico precoce. Os dias que não são felizes nos ajudam a crescer e aprender que, na vida, temos uma missão. Com a doença, descobri que não temos o controle de tudo. Precisamos fazer o bem, o melhor e saber viver." A médica agradeceu o acolhimento que recebeu da família, dos colegas de trabalho e dos amigos para superar a doença e seguir em frente.

A médica e coordenadora de Políticas Públicas da Mulher no Estado de São Paulo, e do Programa Saúde do Adolescente, da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, Albertina Duarte Takiuti, foi convidada a falar sobre o tema, e iniciou a palestra abordando o conceito de mama. "A mama é a expressão máxima da sexualidade, e tudo o que acontece com ela mexe na alma da mulher."

"A mama se modifica na menstruação, na gravidez e na menopausa. É importante que a mulher conheça seu corpo e identifique qualquer alteração. A prevenção deve começar na adolescência e se estender por toda a vida. É indigno morrer de câncer de mama por falta de diagnóstico e prevenção", afirmou a palestrante.

Albertina destacou a importância da prática de atividades físicas para prevenção do câncer de mama, manutenção do peso e para afastar o sedentarismo. "A grande maioria das alterações da mama são benignas. Detectar a doença na fase inicial é um dos avanços da medicina atual, o que contribui para os altos índices de cura. Por isso é importante que as mulheres realizem mensalmente o autoexame da mama e anualmente a mamografia, a partir dos 35 anos com histórico familiar de câncer de mama, e aos 40 para mulheres sem história familiar. O diagnóstico precoce diminui a mortalidade", ressaltou a convidada.

Ao encerrar o evento, a desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida agradeceu a convidada. "Albertina nos envolveu com seus conhecimentos e seu acolhimento. Não podemos deixar de aceitar o desafio. Essa é a primeira roda de conversa. Muito obrigada e parabéns."

Também estavam presentes a juíza da 16ª Vara Criminal da Capital, Maria Domitila Prado Manssur, e a diretora de Assistência e Promoção da Saúde, Andréa Cristina Menezes. Ao final, Albertina recebeu certificado do TJSP.

O evento aconteceu na Sala do Servidor do Fórum João Mendes Júnior e contou com a presença de cerca de 100 participantes. A palestra foi transmitida para outros 374 funcionários no interior do Estado, que acompanharam a transmissão pela internet.

01/11/2017 – TJSP DISCUTE AS DIVERSAS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER



“Apesar dos avanços da Lei Maria da Penha e da Lei do Femicídio, as relações entre homens e mulheres são caracterizadas pela discriminação, pelo poder e pela dominação. A violência de gênero ainda é praticada e tolerada no nosso País.” Com essas palavras, a desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida, responsável pela Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça de São Paulo (Comesp), abriu as discussões do Cine-Debate “Precisamos Falar do Assédio”, realizado nesta terça-feira (31) pela Coordenadoria de Apoio aos Servidores (CAPS) e pela Escola Judicial dos Servidores (EJUS). O evento contou com 480 inscritos, dos quais 365 pela modalidade *online*.

A diretora do documentário “Precisamos Falar de Assédio”, Paula Sacchetta, contou que a ideia veio da necessidade de debater o tema. Em 13 horas de gravações, 140 mulheres expuseram seus traumas, sozinhas, de frente para a câmera do estúdio móvel montado em uma van, que percorreu as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, de 7 a 14 de março do ano passado. Algumas preferiram não se identificar e usaram máscaras. O filme retrata 26 delas, de diferentes idades, cores, orientações sexuais e classes sociais. Os 80 minutos do documentário falam de ameaças de morte, estupros, abusos sexuais familiares, violência psicológica e omissão de instituições do Estado.

O desembargador Antonio Carlos Malheiros, responsável pelo setor de Assédio Moral da CAPS, único homem participante da mesa de debate, disse ter ficado envergonhado. “Dos muitos tipos de assédios existentes, como *bullying* nas escolas e assédio moral no trabalho, esses são os mais terríveis.”

A desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida, vice-coordenadora da Comesp, destacou a importância de o TJSP discutir o assédio, sob suas mais diversas formas. “Estamos acompanhando o que está acontecendo na sociedade.” A mediadora do debate, juíza da Vara de Violência Doméstica da Região Norte – Foro Regional de Santana, Camila de Jesus Mello Gonçalves, complementou: “Trata-se de uma oportunidade preciosa para um tema difícil de ser falado”.

Mariana Varela, jornalista da área de saúde e ativista feminista, graduada em ciências sociais pela Universidade de São Paulo (USP), contou que não há dados disponíveis sobre o impacto da violência na

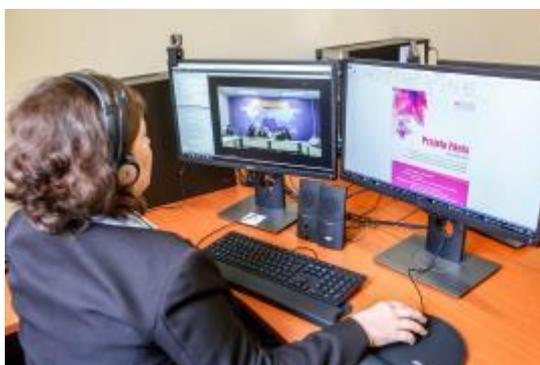
saúde da mulher, porque as vítimas, normalmente, procuram ajuda apenas em casos muito graves ou quando fazem exame de corpo de delito. “Assédio e estupro infelizmente começam cedo. A gente não tem ideia da dimensão do problema e muitas vezes as doenças não são associadas ao trauma.” Ela chama a atenção para a necessidade de preparar o profissional para acolher a vítima.

Esse, inclusive, foi um dos temas que permeou as histórias do filme, a falta de acolhimento por parte de instituições e familiares em um momento de fragilidade e exposição. A juíza integrante da Comesp Teresa Cristina Cabral Santana, que responde pela 2ª Vara Criminal de Santo André, ressaltou que a Justiça também precisa olhar para essas vítimas de outra forma. “Elas chegam com culpa e até com impossibilidade de trazer elementos probatórios. Temos que fazer parte da solução”, observou.

A advogada e cofundadora da FEMde – Rede feminista de juristas, Marina Ganzarolli, comentou que os jovens LGBT são cinco vezes mais propensos ao suicídio por sofrerem violências cruzadas. Servidores presentes e que assistiram via transmissão *online* pediram novos debates sobre o tema, mais especificamente sobre assédio moral. “As relações no ambiente de trabalho corroboram as outras formas de poder que temos na sociedade”, concorda Marina.

A diretora Paula Sacchetta contou que, antes de lançar o filme para o público, ela o apresentou apenas para as mulheres que participam do documentário. “Foi uma das conversas mais bonitas que já tive na vida. Elas descobriram que juntas são uma potência, pela coragem e acolhimento que receberam umas das outras”, contou. No site www.precisamosfalardoassedio.com, vítimas continuam relatando casos de abuso. “A dor não passa nunca, mas elas estão descobrindo como lidar com essas dores”, concluiu.

07/11/2017 – TJSP PARTICIPA DE WEBCONFERÊNCIA SOBRE EXPANSÃO DO “PROJETO FÊNIX”



O Projeto Fênix – Alçando Voo, iniciativa que promove a reparação estética, ortopédica e odontológica em mulheres e meninas vítimas de violência doméstica foi tema de webconferência realizada nesta terça (7), na Secretaria Estadual de Saúde. Magistrados e servidores do TJSP, representantes dos sistemas de Justiça, equipes hospitalares de atendimento às vítimas e demais interessados tiveram a oportunidade de saber mais sobre a expansão das ações para todo o Estado de São Paulo.

A abertura da transmissão online contou com a participação do presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, que participou por vídeo, ao lado do secretário estadual de Saúde, David Uip, e do secretário estadual da Justiça e da Defesa da Cidadania, Márcio Fernando Elias Rosa. “É fundamental que esse projeto seja abraçado pelos nossos magistrados e servidores, para que as vítimas sejam encaminhadas aos nossos parceiros credenciados”, disse Paulo Dimas.

A juíza Maria Domitila Prado Manssur, integrante da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJSP (Comesp), apresentou o histórico do Projeto Fênix e os dados consolidados desde a assinatura de convênio entre o TJSP, a Secretaria de Saúde e a Turma do Bem, em 2016. Nesse período, 20 vítimas de violência doméstica foram encaminhadas para tratamento. “A mulher não consegue vaga no mercado de trabalho se não está reconstruída física e emocionalmente. O objetivo do projeto é fortalecê-la de uma forma que ela se livre do ciclo da violência”, observou.

Já Albertina Duarte Takiuti, médica coordenadora de Políticas Públicas para Mulher da Secretaria da Justiça, destacou que menos de 20% dos casos são registrados e que a violência atinge não só a vítima, mas toda a família. Os filhos têm menor desempenho na escola, maior incidência de gravidez na adolescência e tendem a continuar o ciclo de violência. “Violentadores costumam ser filhos de pais violentos”, afirmou. Ela ressalta que “não é o caso de se ter pena da vítima e sim de oferecer um olhar de compromisso profissional que ajude a quebrar o ciclo de submissão para ela, para seus filhos, suas irmãs e seus descendentes”.

A médica Sylmara Berger Del Zotto, assistente técnica do Gabinete da Secretaria de Saúde, explicou sobre a expansão do projeto por meio das Regiões Administrativas Judiciárias e dos Departamentos Regionais de Saúde, de forma a oferecer atendimento multidisciplinar em todo o Estado de São Paulo.

Por fim, a desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida, coordenadora da Comesp, fez um apelo pela união em prol das mulheres: “sozinhos podemos fazer pouco, mas os órgãos públicos junto com a sociedade, podem fazer muito pelas vítimas de violência”.

Projeto Fênix: em 2012, a ONG Turma do Bem começou a desenvolver o projeto “Apolônias do Bem”, que proporciona tratamento odontológico gratuito para mulheres vítimas de violência. Para incrementar essa iniciativa, o Tribunal de Justiça firmou convênio com a Turma do Bem e a Secretaria de Estado da Saúde e lançou o Projeto Fênix – Alçando Voo, que oferece às vítimas com sequelas físicas acesso a cirurgias estéticas e reparadoras pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e a tratamento odontológico integral e gratuito.

Participaram também da webconferência a técnica e enfermeira da Saúde da Mulher da Secretaria de Saúde Marisa Ferreira da Silva Lima; a coordenadora-adjunta de Políticas Públicas para Mulheres do Município de São Paulo, Juliana Marinho de Andrade; e o dentista fundador da Turma do Bem, Fábio Bibancos.

Assista ao conteúdo da webconferência em <http://webconferencia.saude.sp.gov.br/p3kbgiv2h15/>

12/11/2017 – TJSP ASSINA ACORDO PARA COMBATER TRÁFICO DE PESSOAS, TRABALHO ESCRAVO E EXPLORAÇÃO INFANTIL



O Tribunal de Justiça de São Paulo firmou hoje (10) acordo de cooperação para o compartilhamento de informações a respeito da temática relativa ao tráfico de pessoas, trabalho escravo e exploração infantil. Também firmaram o termo o Tribunal Regional Federal da 3ª Região; os Tribunais Regionais do Trabalho das 2ª e 15ª Regiões; o Ministério Público de São Paulo; a Procuradoria Regional da República da 3ª Região; a Procuradoria da República no Estado de São Paulo; o Ministério Público do Trabalho das 2ª e 15ª Regiões; a Defensoria Pública da União; a Defensoria Pública de São Paulo; a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo; a Polícia Federal; a Polícia Rodoviária Federal; a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e a Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (Asbrad). A cooperação tem por finalidade a conjunção de esforços entre as instituições para o compartilhamento de informações relacionadas ao enfrentamento da questão. A vigência do acordo é de dois anos, podendo ser prorrogado.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, afirmou que o Judiciário Paulista é um espaço da cidadania, destinado ao bem comum. “A ideia da cooperação entre tantos órgãos importantes para combater o tráfico de pessoas, trabalho escravo e exploração infantil é fundamental. É algo que nos mobiliza a cumprir nossa missão constitucional.”

A desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida, presidente da Comissão Judiciária Interdisciplinar sobre Tráfico de Pessoas, Trabalho Escravo e Exploração Infantil, disse que se tratava de um dia especial para todos os integrantes da Comissão. “Agradeço especialmente ao presidente Paulo Dimas pelo apoio.”

Além do presidente Paulo Dimas, assinaram o termo a presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Cecília Maria Piedra Marcondes; a vice-presidente administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, Helena Rosa Mônaco da Silva Lins Coelho; o procurador-geral de Justiça do Estado em exercício, José Correia de Arruda Neto; a procuradora-chefe da Procuradoria Regional da 3ª Região, Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva; o procurador-chefe substituto da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, Luís Eduardo Marrocos de Araújo; o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho da 2ª Região, Willian Bedone; a procuradora do Ministério Público do Trabalho da 15ª Região, Catarina Von Zuben; a defensora pública-chefe da Defensoria Pública da União, Nara de Sousa Rivitti; o defensor público-geral de São Paulo, Davi Eduardo Depiné Filho; o vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção São Paulo, Fábio Romeu Canton Filho, representando o presidente; Rodrigo de Campos Costa, representando o superintendente da Polícia Federal; o superintendente da Polícia Rodoviária Federal, Valmir Cordelli; o secretário adjunto da Segurança Pública, Sérgio Turra Sobrane, representando as Polícias Civil e Militar de São Paulo; Iraci Alves Bonfim,

representando a Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (Asbrad); e a presidente da Comissão Judiciária Interdisciplinar sobre Tráfico de Pessoas, Trabalho Escravo e Exploração Infantil, desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida.

Prestigiaram o evento o vice-presidente do TJSP, desembargador Ademir de Carvalho Benedito; o cônsul-geral de Portugal em São Paulo, Paulo Lourenço; a presidente da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp), desembargadora Angélica de Maria Mello de Almeida; os desembargadores Eduardo Azuma Nishi, Sérgio Rui da Fonseca, Geraldo Francisco Pinheiro Franco, Artur Marques da Silva, Antonio Carlos Malheiros e Irineu Jorge Fava; o diretor da Faculdade de Direito de Sorocaba, João Baptista de Mello e Souza Neto; o presidente da Associação Paulista de Imprensa, Sergio Redó, o poeta Paulo Bomfim e convidados.

14/11/2017 – TJSP PARTICIPA DA CAMPANHA “JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA”



O Tribunal de Justiça de São Paulo adere, mais uma vez, à campanha nacional Justiça Pela Paz em Casa, do Conselho Nacional de Justiça. A 9ª edição acontece entre 20 e 24 de novembro, quando haverá um esforço concentrado para agilizar audiências e julgamentos de casos que envolvam violência ou grave ameaça contra a mulher. Também serão realizadas ações pedagógicas, com enfoque na pacificação dos lares brasileiros, como encontros e palestras, iniciadas no dia 17 em São Paulo.

O objetivo da campanha é promover atividades e demonstrar o comprometimento do Poder Judiciário no combate à violência contra a mulher e o desenvolvimento de uma cultura de não violência. Lançada em 2015, ocorre três vezes a cada ano. Em março, é realizada em homenagem ao Dia da Mulher; em agosto, em comemoração ao aniversário da promulgação da Lei Maria da Penha; e, em novembro, durante a Semana Internacional de Combate à Violência de Gênero, estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Além da programação (abaixo), a ONG Geledés - Instituto da Mulher Negra, por meio das Promotoras Legais Populares - PLPs, fará a divulgação do aplicativo JUNTAS, instrumento de proteção à mulher em risco de violência doméstica, e a distribuição da cartilha "A Lei Maria da Penha e a Atitude para a Paz". As ações acontecerão em alguns fóruns da Capital: Barra Funda; João Mendes Júnior; Penha de França e São Miguel Paulista.

Programação

17/11 – 14horas – São Paulo

Palestra com Mateus Amaral Silva, coordenador e psicólogo da ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde

Tema: Grupos reflexivos para homens autores de violência

Local: Plenário 10, do Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães Barra Funda

Realização: Vara do Foro Central de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital

20/11 – 8h30 – Ribeirão Preto

Participação da equipe psicossocial no Grupo de Estudo sobre violência.

Local: Faculdade de Enfermagem da USP - Av. Bandeirantes, 3.900, Campus Universitário USP – Bairro Monte Alegre

21/11 – 13h30 – Ribeirão Preto

Palestra de capacitação, presidida pela juíza Carolina Moreira Gama

Tema: Os desafios no cumprimento dos mandados relacionados à Lei Maria da Penha (evento dirigido a oficiais de Justiça)

Local: Salão do Júri do Fórum de Ribeirão Preto

21/11 – 18 horas – Ribeirão Preto

Término do 5º Grupo do Serviço de Reeducação do Autor de Violência de Gênero (Seravig)

Local: Núcleo de Apoio Especializado da Mulher - Rua João Arcadepani Filho, 400 – Nova Ribeirânia

21/11 - 19 às 21 horas – Ribeirão Preto

4º Encontro Pedagógico Sistêmico para Agressores – Encerramento da primeira etapa

Local: Centro Comunitário Castelo Branco Novo - Rua José Aisum, 829 - Bairro Castelo Branco

23/11 – 9 às 11 horas – Ribeirão Preto

Palestra preventiva sobre violência doméstica e familiar contra a mulher aos alunos da Escola Estadual Deputado Orlando Jurca

Local: Rua Luís Carvalho Pereira, 350 - Adelino Simione

24/11 – 9 às 11 horas – Ribeirão Preto

Roda de conversa na ONG Mãos Estendidas, com mulheres vítimas de violência doméstica que passaram por terapia breve

Local: Rua José Aisum, 829 - Castelo Branco

24/11 – 13h30 às 15 horas - Capital - Região Leste 1

Bate-papo, dinâmica de grupo, debate e orientação sobre as fases do processo, audiência e rede de atendimento à mulher, com mulheres vítimas de violência doméstica que passarão por audiência preliminar de retratação na mesma data

Local: Foro Regional Penha de França - Rua Doutor João Ribeiro, 433

21/11/2017 – PALESTRA NO FÓRUM DA BARRA FUNDA INICIA A NONA EDIÇÃO DA CAMPANHA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA



A Vara do Foro Central de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital, sob a coordenação da juíza Elaine Cristina Monteiro Cavalcante, realizou na sexta-feira (17) a palestra “Grupos reflexivos para homens autores de violência”, com representantes da Organização Não Governamental (ONG) Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde.

O evento, que aconteceu no Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães – Fórum Criminal da Barra Funda, abriu a nona edição da campanha nacional Justiça pela Paz em Casa, que terá ações em todo o País versando sobre casos que envolvam violência ou grave ameaça à vida das mulheres.

Na abertura, a juíza auxiliar da Capital Helena Furtado de Albuquerque Cavalcanti explicou como nasceu a ideia do encaminhamento de homens que praticam violência contra a mulher aos programas das entidades que trabalham em parceria com a vara, a exemplo da ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, uma associação que existe desde 2009. “Implementamos a audiência de encaminhamento de agressores, que visa estimular os homens autores de violência a frequentarem os cursos e grupos de reflexão, demonstrando os benefícios oferecidos por essas atividades e, em consequência, melhorar suas relações familiares e afetivas, na busca da redução e extinção da violência contra a mulher”, disse.

Segundo a juíza, a sociedade vive um momento de grandes transformações sociais que compreendem mudanças de valores e o questionamento do antigo modelo patriarcal de dominação do homem sobre a mulher. “A única forma de modificar comportamentos masculinos machistas aprendidos e reproduzidos durante séculos é por meio da reflexão levada a efeito por grupos que têm o objetivo de desconstruir e mudar os padrões naturalizados de gênero”, comentou.

O primeiro palestrante foi Eurico de Marcos Jardim, bacharel em Matemática e especialista em Educação e Saúde Pública, e coordenador do grupo temático Gênero e Masculinidades, do Consórcio intermunicipal Grande ABC. Ele abordou o conceito de cultura de paz e lembrou que esse tema é discutido desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, passando pela Convenção ONU Mulheres, de 1975, pela Conferência de Pequim, de 1995, e pela Carta da Terra, de 2015, entre outros. “Cultivar a paz é uma iniciativa que apresenta resultados a longo prazo e deve levar em conta os contextos históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais da sociedade”, relatou.

Em seguida, fez uso da palavra o psicólogo e coordenador do Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, Mateus Amaral Silva. Ele integra o Serviço de Proteção a Vítimas de Violência do Jaçanã, é pós-graduando em terapia familiar do casal, pela Universidade Federal de São Paulo, e atua no grupo reflexivo de homens da ONG, composto de 15 a 20 participantes, encaminhados pela Justiça, que se reúnem com o objetivo de aprender a respeitar os direitos das mulheres. “Quando chegam ao grupo, eles têm uma certa resistência, mas, no decorrer do processo, ampliam seu olhar, seu modo de pensar,

mudam o discurso e passam a ser multiplicadores, auxiliando os iniciantes do grupo, repassando suas experiências”, disse.

O último a palestrar foi o doutor em Psicologia da Descolonização Bruno Simões Gonçalves, que trabalha com povos indígenas. Ele ressaltou que a sociedade vive em uma cultura machista e esse comportamento está presente no cotidiano das pessoas, nas mais diversas formas. “Tudo começa na família, depois na escola. A mídia, a internet, a televisão, a moda, a religião, todos reproduzem esses valores”, enfatizou. Ele também afirmou que o grupo reflexivo de homens cria novas ferramentas para cultivar o diálogo e para discutir outras possibilidades de resolução de conflitos.

Também estiveram presentes o psicólogo da ONG, José Luiz Querido, servidores, estudantes e representantes de instituições e organizações não governamentais que atuam na área de prevenção da violência contra a mulher.

22/11/2017 – JUDICIÁRIO PAULISTA PARTICIPA DO IX FONAVID



Realizado entre os dias 8 e 11 de novembro em Natal, Rio Grande do Norte, o IX Fórum Nacional de Juízes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid) contou com a presença de magistrados do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Estiveram presentes ao encontro, que teve como tema “Violência contra a mulher: um fenômeno mundial e disciplinar”, os juízes Maria Domitila Prado Manssur, integrante da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp), representando a Associação dos Magistrados do Brasil (AMB); Teresa Cristina Cabral Santana, também integrante da Comesp, representando a Associação Paulista de Magistrados (Apamagis) e a Escola Paulista da Magistratura (EPM); Mário Rubens Assumpção Filho, da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Região Leste 3; Márcia Faria Mathey Loureiro, da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de São José dos Campos; e Camila de Jesus Mello Gonçalves, da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Região Norte; e a assistente social Eiko Iha Hashizume, da Vara de Violência Doméstica da Região Oeste.

Durante o Fonavid, as juízas Maria Domitila Prado Manssur e Teresa Cristina Cabral Santana, e a assistente social Eiko Hashizume apresentaram o Projeto Fênix – Alçando Voo, que oferece às vítimas com sequelas físicas acesso a cirurgias estéticas e reparadoras pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e a tratamento odontológico integral e gratuito. Já a juíza Camila de Jesus Mello Gonçalves apresentou a palestra “Diálogo entre Sociologia e Direito – Gênero na Lei Maria da Penha”.

Ao final do encontro foi aprovado, por unanimidade, o Enunciado 46, nos seguintes termos: “Com a inovação de que a Lei Maria da Penha se aplica às mulheres transsexuais, independente de alteração registral do nome e de cirurgia de redesignação sexual, sempre que configuradas as hipóteses do artigo 5º, da Lei 11.340/2006”.

Na assembleia geral final, o juiz Mário Rubens Assumpção Filho foi eleito como representante suplente da região Sudeste, e a juíza Luciana Lopes Rocha – que integra a Coordenadoria do Centro Judiciário da Mulher do Distrito Federal –, foi escolhida a presidente do X Fonavid, que será realizado em Recife-PE, em 2018.

06/12/2017 – MAGISTRADA PAULISTA PARTICIPA DE CONGRESSO SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA BOLÍVIA



A juíza Maria Domitila Prado Manssur, integrante da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de SP, participou do congresso “*Conversatorio con Expertxs Internacionales ‘Implementación de la despatriarcalización en la legislación boliviana: Nuevas formas de hacer justicia’*”, realizado entre 30 de novembro e 1º de dezembro em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, a convite da representante da ONU Mulheres, Natasha Loayza Castro, e da presidente da Câmara de Deputados boliviana, Gabriela Montaña Viana. O Brasil foi convidado para a discussão do Código Penal boliviano, encaminhado à votação pelo Senado Federal.

Durante o painel denominado “Defensa e investigación fiscal a favor de la victima son perspectiva de Derechos Humanos y género”, a magistrada paulista ressaltou a assinatura, pelo presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti e pela representante do escritório da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman, das “Diretrizes Nacionais para investigar, processar e julgar o feminicídio”, no Palácio da Justiça, em 9 de março.

Também participou do evento a juíza de Direito da Vara da Violência Doméstica e Familiar da Capital do Rio de Janeiro e instrutora da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), Adriana Ramos de Mello, com o painel “Especialidad de juzgamiento, con perspectiva de género”.

Em companhia da juíza argentina Marisa Herrera, as magistradas brasileiras foram entrevistadas pela emissora de televisão Bolivision, e falaram sobre tema do congresso. As discussões foram encerradas com a apresentação de conclusões pelos grupos de trabalho.

**RESOLUÇÕES,
PROVIMENTOS
PORTARIAS E
COMUNICADOS
PUBLICADOS NO DIÁRIO
DA JUSTIÇA
ELETRÔNICO DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE
SÃO PAULO
2017**

COMUNICADO CG Nº 131/2017

(Protocolo CPA nº 2014/096955 - SPI)

A Corregedoria Geral da Justiça COMUNICA aos Senhores Magistrados, Dirigentes, Assistentes Judiciários e demais Servidores das Unidades Judiciais que em razão da decisão exarada no Protocolo nº 2014/96955, os servidores lotados nos Anexos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher estão autorizados a acessar o Sistema de Mandados de Levantamento Judicial (MLJ). COMUNICA, finalmente, que o cadastramento deve ser solicitado pelo Dirigente do respectivo anexo, mediante abertura de chamado junto ao sistema de atendimento de informática, devendo constar nome, matrícula, CPF, setor e cargo do servidor

Dje: 30 de janeiro de 2017 – pág. 140

COMUNICADO CONJUNTO Nº 238/2017

(PROTOCOLO CPA Nº 2015/82488) A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Corregedoria Geral da Justiça **COMUNICAM aos Juízes e às Juízas de Direito do Estado de São Paulo com jurisdição em processos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e em processos do Júri (feminicídio)** que a Campanha JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA terá sua sétima edição na semana **de 06 de março a 10 de março de 2017**. **SOLICITAM** aos referidos Juízes de Direito e às referidas Juízas de Direito que na semana citada designem o maior número possível de audiências, se necessário antecipando e concentrando pautas, bem como designem júris referentes a casos que envolvam violência contra a mulher. **DETERMINAM**, ainda, que as informações relacionadas à referida semana, tais como número de audiência preliminares e instrutórias, plenários do júri realizados, sentenças proferidas com e sem decisão de mérito, medidas protetivas concedidas e despachos ordinatórios proferidos **devem ser encaminhadas exclusivamente pelo Formulário digital online gerado no Google Forms, OBRIGATÓRIA E DIARIAMENTE**, ao final do expediente, observadas as seguintes instruções:

- 1- Para possibilitar o devido funcionamento do formulário faz-se necessário o acesso ao link por meio do navegador Google Chrome;
- 2- Copie o endereço abaixo e cole na barra de endereços do Google Chrome:
<https://docs.google.com/forms/d/1a3RNLioGoD0zgSyW1C0Y-vE8Fou0tKZoiqzbhjV4pmM/edit>
- 3- Não acesse o endereço acima a partir desta mensagem, caso vosso navegador Google Chrome não seja o navegador padrão.
- 4- Dúvidas poderão ser direcionadas ao e-mail semanavioldom@tjsp.jus.br

Dje: 06 de fevereiro de 2017 – pág. 01

COMUNICADO N° 01/2017- Presidência da Seção Criminal

A Presidência da Seção de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo,

Considerando a existência desde o ano de 2015 da Campanha Justiça pela Paz em Casa, sob coordenação do Colendo Supremo Tribunal Federal, bem como a Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo – COMESP, ambas com o objeto de fomentar o combate à violência contra a mulher, no âmbito das relações domésticas e familiares;

Considerando a previsão para a realização das próximas “Semanas da Campanha Justiça pela Paz em Casa”, com esforço concentrado na realização de audiências e julgamentos de causas envolvendo violência contra a mulher, no âmbito doméstico, para os dias **6 a 10 de março de 2017**;

Considerando a solicitação para que os Tribunais Estaduais promovam um esforço concentrado para o julgamento de recursos de processos envolvendo violência contra a mulher, no âmbito das relações domésticas;

Sugere aos Senhores Desembargadores Presidentes das Câmaras de Julgamento da Seção de Direito Criminal que viabilizem a inclusão em pauta de julgamento, para o período de 6 a 10 de março de 2017, do maior número possível de processos cujo objeto seja crime envolvendo violência doméstica e familiar.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2017.

PÉRICLES PIZA Presidente da Seção de Direito Criminal Em exercício

Dje: 15 de fevereiro de 2017 – pág. 2

SPI- SECRETARIA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

COMUNICADO CONJUNTO Nº 981/2017

A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Corregedoria Geral da Justiça

COMUNICAM aos Senhores Magistrados, Dirigentes e Servidores das Unidades Judiciais dos Fóruns Regionais do Butantã e Nossa Senhora do Ó a implantação do Projeto “CENTRAL DE MANDADOS COMPARTILHADA” no dia 19 de abril de 2017, observadas as orientações que seguem:

1 - O projeto tem como objetivos: (i) integrar as Seções Administrativas de Distribuição de Mandados e diminuir os deslocamentos dos Oficiais de Justiça para que, a longo prazo, cumpram mandados apenas na área de competência territorial do Foro em que estejam lotados; (ii) introduzir o SAJ digital e o conceito de fluxo e filas de trabalho para os Oficiais de Justiça e Centrais de Mandados; e (iii) integrar os Oficiais de Justiça na tramitação eletrônica de processos e documentos.

2 - O Projeto Piloto envolverá, neste primeiro momento, os Foros Regionais do Butantã e Nossa Senhora do Ó.

3 - Com exceção dos mandados referentes aos processos físicos emitidos pela Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, os demais terão tramitação eletrônica para a Central de Mandados e Oficiais de Justiça.

4 - Os mandados referentes aos processos físicos emitidos pela Vara da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que devam ser cumpridos pelos Oficiais do Fórum Regional Nossa Senhora do Ó, após assinados, deverão ser salvos em PDF pelo cartório e encaminhados para o e-mail da Central de Mandados daquele foro.

5 - Apenas para o Projeto Piloto a impressão dos mandados será feita pelos próprios Oficiais de Justiça, bem como a digitalização dos mandados positivos e documentos por eles gerados, não se aplicando, neste particular, o disposto no artigo 1.251 das NSCGJ.

6 - Os pedidos de prorrogação de prazo deverão ser formulados pelo próprio Oficial de Justiça e encaminhados para o e-mail do Ofício Judicial que emitiu o mandado, incluindo na cópia a Seção Administrativa de Distribuição de Mandados. Com a resposta da unidade cartorária, a Central de Mandados alimentará o sistema com o prazo de prorrogação deferido, em observância ao disposto no §9º do artigo 995 cc § 1º do artigo 1085 das NSCGJ.

7 - Os Manuais para os Cartórios, Seções Administrativas de Distribuição de Mandados e Oficiais de Justiça serão encaminhados para o e-mail institucional das unidades que integram o projeto piloto.

8 - Durante a configuração do sistema, no período de 12 a 19 de abril de 2017, os foros do Butantã e Nossa Senhora do Ó não poderão emitir mandados pelo sistema informatizado. Os casos urgentes deverão ser emitidos no Word e encaminhados por meio de carga em livro físico para as Seções Administrativas de Distribuição de Mandados. Dúvidas poderão ser dirimidas no e-mail: spi.operacional@tjsp.jus.br

SPI- SECRETARIA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

COMUNICADO CONJUNTO Nº 1146/2017

A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Corregedoria Geral da Justiça **COMUNICAM** aos Juízes e às Juízas de Direito do Estado de São Paulo com jurisdição em processos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e em processos do Júri (feminicídio) que a Campanha **JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA** terá sua **oitava edição** na semana de **21 a 25 de agosto de 2017**. **SOLICITAM** aos referidos Juízes de Direito e às referidas Juízas de Direito que na semana citada designem o maior número possível de audiências, se necessário antecipando e concentrando pautas, bem como designem júris referentes a casos que envolvam violência contra a mulher.

DETERMINAM, ainda, que as informações relacionadas à referida semana, tais como número de audiência preliminares e instrutórias, plenários do júri realizados, sentenças proferidas com e sem decisão de mérito, medidas protetivas concedidas e despachos ordinatórios proferidos devem ser encaminhadas exclusivamente pelo Formulário digital online gerado no Google Forms, **OBRIGATÓRIA E DIARIAMENTE**, ao final do expediente, observadas as seguintes instruções:

- 1 - Para possibilitar o devido funcionamento do formulário faz-se necessário o acesso ao link por meio do navegador Google Chrome;
- 2 - Copie o endereço abaixo e cole na barra de endereços do Google Chrome:
https://docs.google.com/forms/d/1u-OXSbLqV rCxW71cXQB3GgZpligZmSEvCYYQ_ill3mA/edit
- 3 - Não acesse o endereço acima a partir desta mensagem, caso vosso navegador Google Chrome não seja o navegador padrão.
- 4 - Dúvidas poderão ser direcionadas ao e-mail semanavioldom@tjsp.jus.br. (08, 10 e 12/05/2017)

Dje de 08/05/2017 – pág 2

SEPLAN- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

COMUNICADO

A Secretaria de Planejamento Estratégico, por determinação da Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça, COMUNICA aos senhores Magistrados e Servidores as Metas Nacionais de 2017, aprovadas no X Encontro Nacional do Poder Judiciário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), realizado em Brasília/DF, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2016.

Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2017

META 1 – Julgar mais processos que os distribuídos: julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

META 2 – Julgar processos mais antigos: identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2013 no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2014 no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2014 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

META 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa: identificar e julgar, até 31/12/2017, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2014, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

META 5 – Impulsionar processos à execução: estabelecer política de desjudicialização e de enfrentamento do estoque de processos de execução fiscal, até 31/12/2017.

META 6 – Priorizar o julgamento das ações coletivas: julgar, até 31/12/2017, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 1º grau, e 80% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2015 no 2º grau.

META 8 – Fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres: fortalecer a rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, até 31/12/2017.

São Paulo, 24 de maio de 2017. Secretaria de Planejamento Estratégico

Dje de 24/05/25017 – pág 2

COMUNICADO CG nº 1290/2017 (Processo 2013/144796)

A Corregedoria Geral da Justiça **DETERMINA** aos MM. Juízes de Direito de todo o Estado, que encaminhem os documentos abaixo relacionados à Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (COMESP), por meio de ofício ao endereço eletrônico comesp@tjsp.jus.br, para inclusão no PROJETO FÊNIX:

- **No caso de vítima mulher com dano estético ou ortopédico decorrente de violência doméstica ou familiar**

- **No caso de vítima mulher e/o filhos (as) com danos ou problemas odontológicos decorrente de violência doméstica ou familiar**

Em ambos os casos, o ofício deve ir acompanhado de decisão fundamentada, instruída com denúncia e laudo pericial ou avaliações da equipe técnica judicial;

COMUNICA, finalmente, que em virtude do sistema SAJ/PG5 não contemplar o envio de documentos por e-mail através do próprio sistema, solicita-se que observem o Comunicado CG nº 850/2014, abaixo reproduzido, para o envio das comunicações oficiais.

COMUNICADO CG Nº 850/2014: A Corregedoria Geral da Justiça **COMUNICA** aos Senhores Magistrados, Dirigentes e Servidores dos Ofícios Distribuidores e das Unidades Judiciais da Primeira Instância que, para o envio por e-mail de comunicações oficiais de documentos emitidos pelo Sistema SAJ/PG5, conforme estabelece o artigo 112 das Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça, poderão utilizar o aplicativo “PDF24”, observadas as instruções disponibilizadas no “Passo a Passo” no Portal do TJ/SP, segmento “Institucional”, área de downloads, sob o título: “Passo a Passo – Envio por e-mail de documentos emitidos pelo Sistema SAJ/PG5”, link: <http://www.tjsp.jus.br/Institucional/PrimeiraInstancia/Download/Default.aspx>

Dje de 30/05/2017 – pág 09

SEMA - Secretaria da Magistratura

COMUNICADO N° 02/2017

A Presidência da Seção de Direito Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo,

CONSIDERANDO a existência desde o ano de 2015 da Campanha Justiça pela Paz em Casa, sob coordenação do Colendo Supremo Tribunal Federal, bem como a Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo – COMESP, ambas com o objeto de fomentar o combate à violência contra a mulher, no âmbito das relações domésticas e familiares;

CONSIDERANDO a previsão para a realização das “Semanas da Campanha Justiça pela Paz em Casa”, com esforço concentrado na realização de audiências e julgamentos de causas envolvendo violência contra a mulher, no âmbito doméstico, para os dias 21 a 25 de agosto de 2017

CONSIDERANDO a solicitação para que os Tribunais Estaduais promovam um esforço concentrado para o julgamento de recursos de processos envolvendo violência contra a mulher, no âmbito das relações domésticas;

Sugere aos Senhores Desembargadores Presidentes das Câmaras de Julgamento da Seção de Direito Criminal, alterando as datas inicialmente estipuladas, que viabilizem a inclusão em pauta de julgamento, para o período de 21 a 25 de agosto de 2017, do maior número possível de processos cujo objeto sejam crimes envolvendo violência doméstica e familiar.

São Paulo, 13 de junho de 2017

(a), RENATO DE SALLES ABREU FILHO, Presidente da Seção de Direito Criminal do Tribunal de Justiça

Dje de 14/06/2017 – pág 2

COMUNICADO CG N° 1749/2017

Processo nº 2015/151186

A Corregedoria Geral da Justiça RECOMENDA aos Juízes com competência na área da Infância e Juventude, Família e Sucessões ou Violência Doméstica que, preferencialmente, facultem aos assistentes sociais, no fluxo dos atendimentos dos Setores Técnicos, a prerrogativa de escolha dos instrumentos de avaliação (análise de documentação, observação, entrevista, visita domiciliar, entre outros), bem como o estabelecimento da sequência pertinente a cada caso.

SPI- SECRETARIA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA

COMUNICADO CONJUNTO Nº 1837/2017

A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Corregedoria Geral da Justiça, no contexto do Comunicado Conjunto nº 1146/2017, por determinação do Conselho Nacional de Justiça, **COMUNICAM** aos Juízes e às Juízas de Direito do Estado de São Paulo com jurisdição em processos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e em processos do Júri (feminicídio) que houve alteração nas informações a serem fornecidas para a Campanha **JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA** terá sua **oitava edição** na semana de **21 a 25 de agosto de 2017**, com a inclusão de novos dados como segue:

I- REITERA-SE aos referidos Juízes de Direito e às referidas Juízas de Direito que na semana citada designem o maior número possível de audiências, se necessário antecipando e concentrando pautas, bem como designem júris referentes a casos que envolvam violência contra a mulher.

II- DETERMINA-SE que as informações relacionadas à referida semana, indicadas a seguir, sejam encaminhadas exclusivamente pelo Formulário digital online gerado no Google Forms, **OBRIGATÓRIA E DIARIAMENTE**, ao final do expediente. O acesso ao formulário estará disponibilizado na página da COMESP, no seguinte endereço: www.tjsp.jus.br/Comesp/JusticaPelaPazEmCasa.

Quantidade de Audiências Preliminares realizadas na Semana;

Quantidade de Audiências de Instrução realizadas na Semana;

Quantidade de Despachos proferidos na Semana;

Quantidade de Medidas Protetivas (Decisões concedendo medidas protetivas de urgência à ofendida e/ou que obrigam o agressor) na Semana;

Quantidade de Sessões do Júri realizadas na Semana;

Número de Magistrados que atuaram na Semana;

Número de Servidores que atuaram na Semana;

Número de Processos movimentados durante a Semana;

Total de Sentenças de Conhecimento com mérito em Violência Doméstica contra a Mulher na Semana;

Total de Sentenças de Conhecimento sem mérito em Violência Doméstica contra a Mulher na Semana;

Total de Sentenças de Conhecimento Criminais com mérito em Feminicídio na Semana;

Total de Sentenças de Conhecimento Criminais sem mérito em Feminicídio na Semana;

4 - Dúvidas poderão ser direcionadas ao e-mail semanavioldom@tjsp.jus.br.

Dje de 08/08/2017 – pág 1 (04, 08/ e 10/08/2017)

COMUNICADO CONJUNTO Nº 2314 /2017

(PROCOLO CPA Nº 2015/82488)

A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Corregedoria Geral da Justiça, por determinação do Conselho Nacional de Justiça, **COMUNICAM** aos Juízes e às Juízas de Direito do Estado de São Paulo com jurisdição em processos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e em processos do Júri (feminicídio) que a Campanha **JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA** terá sua **nona edição** na semana de **20 a 24 de novembro de 2017**.

I-SOLICITA-SE aos referidos Juízes de Direito e às referidas Juízas de Direito que na semana citada designem o maior número possível de audiências, se necessário antecipando e concentrando pautas, bem como designem júris referentes a casos que envolvam violência contra a mulher;

II-DETERMINA-SE que as informações relacionadas à referida semana, indicadas a seguir, sejam encaminhadas exclusivamente pelo Formulário digital online gerado no Google Forms, **OBRIGATÓRIA E DIARIAMENTE**, ao final do expediente. O acesso ao formulário estará disponibilizado na página da COMESP, no seguinte endereço: www.tjsp.jus.br/Comesp/JusticaPelaPazEmCasa

- 1- Quantidade de Audiência Preliminares realizadas na Semana;
- 2- Quantidade de Audiências de Instrução realizadas na Semana;
- 3- Quantidade de Despachos proferidos na Semana;
- 4- Quantidade de Medidas Protetivas (Decisões concedendo medidas protetivas de urgência à ofendida e/ou que obrigam o agressor) na Semana;
- 5- Quantidade de Sessões do Júri realizadas na Semana;
- 6- Número de Magistrados que atuaram na Semana;
- 7- Número de Servidores que atuaram na Semana;
- 8- Número de processos movimentados durante a Semana;
- 9- Total de Sentenças de Conhecimento com mérito em Violência Doméstica contra a Mulher na Semana;
- 10- Total de Sentenças de Conhecimento sem mérito em Violência Doméstica contra a Mulher na Semana;
- 11- Total de Sentenças de Conhecimento Criminais com mérito em Feminicídio na Semana;
- 12- Total de Sentenças de Conhecimento Criminais sem mérito em Feminicídio na Semana;

Dúvidas poderão ser direcionadas ao e-mail semanavioldom@tjsp.jus.br

Publicado DJE de 11/10/2017, pág 2

COMUNICADO CONJUNTO Nº 2314/2017 (republicado)

(PROTOCOLO CPA Nº 2015/82488)

A Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e a Corregedoria Geral da Justiça, por determinação do Conselho Nacional de Justiça, **COMUNICAM** aos Juízes e às Juízas de Direito do Estado de São Paulo com jurisdição em processos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e em processos do Júri (feminicídio) que a Campanha **JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA** terá sua **nona edição** na semana de **20 a 24 de novembro de 2017**.

I-SOLICITA-SE aos referidos Juízes de Direito e às referidas Juízas de Direito que na semana citada designem o maior número possível de audiências, se necessário antecipando e concentrando pautas, bem como designem júris referentes a casos que envolvam violência contra a mulher;

II-DETERMINA-SE que as informações relacionadas à referida semana, indicadas a seguir, sejam encaminhadas exclusivamente pelo Formulário digital online gerado no Google Forms, **OBRIGATÓRIA E DIARIAMENTE**, ao final do expediente. O acesso ao formulário estará disponibilizado na página da COMESP, no seguinte endereço: www.tjsp.jus.br/Comesp/JusticaPelaPazEmCasa

- 1- Quantidade de Audiência Preliminares realizadas na Semana;
- 2- Quantidade de Audiências de Instrução realizadas na Semana;
- 3- Quantidade de Despachos proferidos na Semana;
- 4- Quantidade de Medidas Protetivas (Decisões concedendo medidas protetivas de urgência à ofendida e/ou que obrigam o agressor) na Semana;
- 5- Quantidade de Sessões do Júri realizadas na Semana;
- 6- Número de Magistrados que atuaram na Semana;
- 7- Número de Servidores que atuaram na Semana;
- 8- Número de processos com sentença ou decisão durante a Semana, exceto despachos;
- 9- Total de Sentenças de Conhecimento com resolução de mérito em Violência Doméstica contra a Mulher na Semana;
- 10- Total de Sentenças de Conhecimento sem resolução de mérito em Violência Doméstica contra a Mulher na Semana;
- 11- Total de Sentenças de Conhecimento Criminais com resolução de mérito em Feminicídio na Semana;
- 12- Total de Sentenças de Conhecimento Criminais sem resolução de mérito em Feminicídio na Semana;

Dúvidas poderão ser direcionadas ao e-mail semanavioldom@tjsp.jus.br

Republicado com alteração no item 8 em virtude de novas orientações do Conselho Nacional de Justiça.

COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO

2017



COMPOSIÇÃO DA COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO - CSV PORTARIA Nº 8.554/2012

| | |
|--|---------------------------------|
| Coordenadora - CSV: | Fabíola Lúcia Guimarães Anauate |
| Supervisora de Serviço de Apoio e Informações – CSV 1 : | Erika Cristina Bomfim Tolare |
| Supervisora de Serviço de Expediente – CSV 2: | Rosely Gomes da Silva |
| Escrevente Técnico Judiciário: | Silvio Akira Takada |
| Agente de Serviço Judiciário: | Marcia Helena de Castro |

LOCALIZAÇÃO DA COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO – CSV

COMESP - Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Fórum João Mendes Júnior

Praça Doutor João Mendes, s/n - 13º andar - sala: 1317 - CEP.: 01501-900 - Centro - São Paulo - SP
Telefones.: (11) 2171-4807 ou (11) 3104-5521

e-mail: comesp@tjsp.jus.br